

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE

VALCELENE AMORIM PEREIRA

**MEMÓRIA E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER:
AS ROUPAS COMO FORMA DE EXPRESSÃO E OPRESSÃO**

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
MAIO DE 2020

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE

VALCELENE AMORIM PEREIRA

**MEMÓRIA E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER:
AS ROUPAS COMO FORMA DE EXPRESSÃO E OPRESSÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área de Concentração:
Multidisciplinaridade da Memória.

Linha de Pesquisa: Memória, Cultura e Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Tânia Rocha de Andrade Cunha.

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
MAIO DE 2020

	Pereira, Valcelene Amorim.
P436m	Memória e violência contra a mulher: as roupas como forma de expressão e opressão. / Valcelene Amorim Pereira. – Vitória da Conquista, 2020. 90f. Orientadora: Tânia Rocha de Andrade Cunha. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista, 2020. Inclui referências: F. 87-90. 1. Mulher; 2. Roupas; 3. Vestimenta; 4. Violência contra a mulher I. Cunha, Tânia Rocha de Andrade. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa em Memória: Linguagem e Sociedade. III. T. CDD(21): 362.84

Catálogo na fonte: Rogério Pinto de Paula – CRB 1654

UESB – Campus Itapetinga – BA

Título em inglês: Memory and violence against women: clothes as a form of expression and oppression.

Palavras-chaves em inglês: Woman; Clothes; Dress; Violence against women.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Titulação: Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca Examinadora: Profa. Dra. Tânia Rocha Andrade Cunha (presidente); Profa. Dra. Ana Elizabeth Santos Alves (titular); Profa. Dra. Livia Botelho Félix (titular).

Data da defesa: 25 de maio de 2020.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

VALCELENE AMORIM PEREIRA

**MEMÓRIA E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER:
AS ROUPAS COMO FORMA DE EXPRESSÃO E OPRESSÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Data da aprovação: 25 de maio de 2020.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Tânia Rocha Andrade Cunha
(presidente)

Instituição: UESB

Ass.: 

Profa. Dra. Ana Elizabeth Santos Alves

Ass.: 

Instituição: UESB

Profa. Dra. Lívia Botelho Félix

Ass.: 

Instituição: UFBA

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho só foi possível mediante a contribuição de pessoas que o viabilizaram. Diante disso, não posso deixar de reconhecer e agradecer a todas as pessoas envolvidas nesse processo. Nesse sentido, eu agradeço:

À Deus, primazia em minha vida.

Ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, representado pela coordenação, corpo docente e funcionários que sempre estiveram empenhados em ajudar, muitas vezes, extrapolando suas funções.

À FAPESB, pelo financiamento da pesquisa.

À minha orientadora, Profa. Dra. Tânia Rocha de Andrade Cunha, pela generosidade em compartilhar seus conhecimentos, pelas valiosas contribuições para o desenvolvimento desse trabalho, pela paciência e amparo nos momentos difíceis.

À Profa. Dra. Edvania Gomes da Silva e à Profa. Dra. Ana Elizabeth Alves, pelas importantes sugestões no exame de qualificação.

À minha mãe, Wilma, e ao meu irmão Valselino que me incentivaram e me deram todo o suporte durante o período do mestrado.

Ao meu marido, Renato, que me apoiou incondicionalmente para que eu conseguisse chegar até aqui.

Ao meu pai, Valdete, que mesmo não estando fisicamente presente entre nós, sei que vibra com as conquistas alcançadas por seus filhos.

Às colegas de jornada Fadjá e Stéphanie pelo incentivo e contribuições nas discussões do meu tema.

Aos colegas de mestrado, pelas conversas, sugestões de leitura e compartilhamento de ideias.

À Andréia, amizade que conquistei durante o mestrado e que certamente levarei por toda minha vida.

Aos amigos Rogério Pinto de Paula, Rosangela Batista e Ana Lúcia pelo encorajamento para a realização desse desejo.

Aos demais amigos, companheiros e todas as pessoas que de alguma forma torceram e viabilizaram a realização desse trabalho.

*“Os indivíduos ‘vestem’ os habitus como
hábitos”.*

(Pierre Bourdieu)

RESUMO

Dentro de um contexto social em que os homens possuem primazia sobre as mulheres e a violência parece exercer um papel fundamental, o presente estudo investigou as principais transformações ocorridas nas roupas femininas ao longo do tempo correlacionando a implicação da memória coletiva e individual ao processo de manutenção da violência contra a mulher, visto que em muitos momentos, as roupas podem ser utilizadas como mais um mecanismo de submissão e controle do comportamento feminino. Apontamos que existe certa discriminação em relação às mulheres que usam roupas curtas evidenciando suas curvas de forma acentuada, a exemplo do busto e das nádegas. Além disso, esse tipo de roupa é utilizado como instrumento para estabelecer juízo de valor sobre a mulher. Para a consecução do objetivo aqui proposto, o nosso trabalho, de caráter qualitativo, analisou algumas notícias veiculadas em portais de noticiários brasileiros em formato digital que denunciam a relação da violência sofrida pelas mulheres e o uso de roupas curtas.

Palavras-chave: Mulher; Roupas; Vestimenta; Violência contra mulher.

ABSTRACT

Within a social context in which men have primacy over women and violence seems to play a fundamental role, the present study investigated the main changes that have occurred in women's clothing over time, correlating the implication of collective and individual memory to the process of maintaining violence against women, since in many moments, clothes can be used as another mechanism of submission and control of female behavior. We pointed out that there is some discrimination in relation to women who wear short clothes, showing their curves in a marked way, such as the bust and the buttocks. In addition, this type of clothing is used as an instrument to establish value judgment about women. In order to achieve the objective proposed here, our work, of a qualitative character, analyzed some news published in Brazilian news portals in digital format that denounce the relationship of violence suffered by women and the use of short clothes.

Keywords: Woman; Clothes; Dress; Violence against women.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	O VESTUÁRIO COMO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO.....	20
2.1	AS PRIMEIRAS FORMAS DE VESTIMENTA.....	21
2.2	AS PRIMEIRAS CIVILIZAÇÕES E SUAS ROUPAS.....	25
2.3	A EUROPA ANTIGA.....	28
2.4	O ANTAGONISMO DA MODA NO SÉCULO XIX.....	34
2.5	A DIVERSIDADE E O INDIVIDUALISMO DO SÉCULO XX.....	40
3	MEMÓRIA E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: INTOLERÂNCIA SOCIAL ÀS VESTIMENTAS.....	49
3.1	VIOLÊNCIA: REFLEXÃO SOBRE SUA ORIGEM.....	51
3.1.1	Definindo Gênero.....	54
3.1.2	Violência de Gênero.....	56
3.1.3	Violência Contra a Mulher.....	58
3.2	RELAÇÕES DE PODER E VIOLÊNCIA: O DISCURSO FOUCAULTIANO.....	62
4	O DISCURSO MORALIZANTE EM TORNO DA ROUPA.....	66
4.1	REPRESSÃO À SEXUALIDADE E AO CORPO FEMININO.....	68
4.2	O CORPO E AS VESTIMENTAS COMO FORMA DE PROTESTO...	70
5	CORPO, ROUPA E VIOLÊNCIA: A INFLUÊNCIA DA MEMÓRIA NA PRÁTICA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....	72

6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
7	REFERÊNCIAS.....	87

1 INTRODUÇÃO

Estamos imersos em uma sociedade que sistematicamente tenta impor às mulheres uma posição de inferioridade em relação aos homens, por isso, ao longo da história, não são raras às vezes em que as mulheres são vítimas de violências físicas, sexuais, psicológicas e simbólicas. Essa condição independe da classe social, de contingentes étnico-raciais, de espaço geográfico (país desenvolvido ou em desenvolvimento), de cultura ocidental ou oriental, dentre outros aspectos. Trata-se do que Saffioti (2004) caracteriza como fenômeno democrático, já que, a violência contra mulher é abundante em sua transversalidade e ignora todas as fronteiras.

Ao longo do tempo, as mulheres têm lutado para resistir e extinguir os princípios patriarcais instalados nas relações sociais que ocorrem em instituições como: família, Igreja, escola, trabalho, mídia, Estado, e também nos espaços públicos de convivência, para que a igualdade e equidade entre homens e mulheres sejam cumpridas na prática.

Nesse sentido, as mulheres conseguiram realizar várias conquistas importantes em relação aos seus direitos na maioria dos países. No Brasil, por exemplo, elas adquiriram o direito de ser inseridas no mercado de trabalho e nas instituições de educação; obtiveram algum progresso nos direitos políticos e na igualdade de condições sociais e de cidadania em relação aos homens, pelo menos, no que diz respeito à legislação. Todavia, essa não é a realidade de todas as nações do globo terrestre.

Apesar de séculos de mobilização dos grupos feministas e movimentos das mulheres, para garantirem o efetivo exercício da cidadania feminina, é perceptível mesmo nos dias atuais, a manutenção de um tratamento desigual e da violência perpetrada contra as mulheres, sejam por meio de: estupros, culpabilização da vítima, assédio sexual e moral e mesmo do feminicídio, expressão máxima da violência. Contudo, as tipificações de violência contra a mulher não se esgotam nesses exemplos, pois seus tipos são diversos e assim como suas formas de manifestação.

Nessa perspectiva, para melhor compreensão do fenômeno da violência e tendo a memória como âncora nos apoiamos no trabalho elaborado por Bartlett (1961), que enfatiza a memória partindo de uma perspectiva

psicossocial e a teoria de Halbwachs (1990), sobre memória coletiva, aqui compreendida como uma forma de preservação e transmissão de valores, convicções, considerações e opiniões sobre o sujeito mulher, visando ponderar acerca das concepções que são mantidas e transmitidas pelos grupos sociais nos quais estamos inseridos. Pois, tais grupos contribuem para a perpetuação da violência contra a mulher em suas diversas formas, incluindo a violência simbólica no tocante ao controle das roupas femininas como mecanismo de coerção no que tange à sexualidade e ao corpo das mulheres.

Partindo desse princípio, entendemos que a memória possui um papel fundamental, principalmente, por ser socialmente construída e que, adentrando nos grupos sociais, a exemplo dos grupos familiares, a memória participa da construção das normas de comportamento, bem como das visões de mundo e das formas de interações interpessoais.

Em vista disso, a realização deste estudo sobre a utilização das roupas como pretexto para a violência contra a mulher justifica-se pela necessidade de ampliar a discussão a respeito do tema, a fim de termos condições de aportarmos estratégias para combater esse grave e antigo problema social que é a violência contra a mulher.

Entre tantos assuntos possíveis para ser escolhido como tema de dissertação, é interessante situar o leitor a respeito dos motivos que nos levaram a investigar a vinculação das roupas com a violência contra a mulher. Na maioria das vezes a definição do tema de pesquisa possui motivações pessoais e/ou profissionais. No nosso caso, a curiosidade por tal tema se iniciou a partir de um comentário produzido por um homem ao observar as roupas usadas por uma mulher. Na ocasião, este homem disse ser desrespeitoso o fato de aquela mulher andar em ambiente público usando roupas tão provocativas. Desde aquele momento ficamos intrigadas e sentindo a necessidade de entender melhor como e porque, a forma que uma mulher se veste pode desencadear reações preconceituosas, vexatórias e até mesmo violência explícita.

Ao iniciarmos o nosso estudo a respeito do tema deparamos com uma pesquisa desenvolvida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS), visando captar a percepção das famílias acerca das políticas públicas implementadas pelo

Estado. Esta pesquisa aguçou ainda mais a nossa inquietação a respeito desse assunto, uma vez que, os dados divulgados pela pesquisa cujo tema foi “*Tolerância social à violência contra a mulher*”, de 2014, revelou que 58,5% das pessoas entrevistadas concordaram inteiramente ou parcialmente com a afirmação de que “*mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas*”.

O resultado dessa pesquisa gerou uma grande repercussão, tanto que, posteriormente, o instituto divulgou uma nota na qual se desculpou e informou que houve um erro de tabulação dos dados e, por isso, a divulgação do resultado foi equivocada. O percentual correto seria de 26%¹. Em consequência disso, o diretor do instituto na ocasião pediu demissão. Entretanto, ainda assim, o percentual obtido na pesquisa é muito alto, especialmente por expressar concordância de um grande contingente de pessoas diante de uma frase que é discriminatória, intolerável e hostil, que incita o ódio e a violência contra a mulher. Diante disso, fica patente o quanto um simples ato de escolher uma roupa pode influenciar na percepção que as pessoas têm a respeito daquele que se veste e, dessa forma, atos violentos podem ser desencadeados a partir desse olhar.

Assim, feitas estas considerações, levantamos o seguinte questionamento: Por que as roupas podem desencadear violência contra as mulheres? As vestimentas podem ser usadas como meio para oprimir a mulher? Em caso afirmativo, como e em que circunstâncias este fenômeno ocorre?

De acordo com Viana (2017), o estudo da indumentária e da moda vem ganhando, progressivamente, um lugar de importância nas ciências do conhecimento e a necessidade de estudos nessa área é cada vez mais significativos. Afinal, em concordância com o autor, este tema possui caráter formativo e força cultural.

Mas, afinal de contas, em que momento e quais motivos conduziram a humanidade a cobrir o corpo com vestimentas? Existem várias razões para isso, dentre elas, podemos destacar a condição ligada à natureza biológica do ser humano de se proteger das variações climáticas. No entanto, Viana (2017)

¹ Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/ipea-errou-26-e-nao-65-concordam-que-mulheres-com-roupas-curtas-merecem-ser-atacadas/>> Acessado em: 17/08/2019.

indica outras causas para o uso da roupa, a saber: “[...] em que pese as vaidades humanas e também as necessidades sociais, econômicas e políticas vestir pode significar mostrar fama, fortuna, respeito, hierarquia (social, religiosa, militar e até moral) ou posses” (VIANA, 2017, p.21).

Eco (1989) apud Monteiro (1999) adverte sobre a capacidade catalisadora que a roupa possui de dividir a sociedade em classes e castas já no período pré-histórico, uma vez que os homens das cavernas que conseguiam caçar eram vistos como caçadores aptos, pois conquistaram suas peles após uma dura luta, enquanto que, aqueles que não conseguiam, eram vistos como inaptos, os sem pele. E não é difícil imaginar que, paulatinamente, o uso da pele deixa de ser associado, exclusivamente, à necessidade de proteção corporal e passa a afirmar a posição dos caçadores como pertencentes ao grupo dominante. No decorrer da história, as roupas vão enfatizando cada vez mais a característica de distinguir as pessoas em classes, hierarquias, cultura, sexos, dentre outras variadas formas de distinção.

Não é possível identificar de forma precisa em qual momento as roupas são usadas como justificativa para a violência, quer seja sexual ou moral contra a mulher. Mas é possível perceber que resquícios do conservadorismo conseguiram sobreviver através dos séculos e permanecem vívidos na atualidade.

Nesse sentido, não é uma tarefa fácil tentar compreender as razões pelas quais as várias formas de violência contra mulher permanecem ao decorrer do tempo, mesmo após tantos avanços e conquistas nos campos: profissional, educacional, político, pessoal, em que a mulher tem se destacado e galgado posições relevantes. Assim sendo, a discussão em torno da memória individual e coletiva foi um dos caminhos para que pudéssemos analisar a manutenção da violência contra a mulher nas relações societárias.

O sociólogo Maurice Halbwachs (1990) chama a atenção para o fato de que o fenômeno da recordação só pode ser realizado caso seja levado em consideração o contexto dos vínculos sociais, que servem como base para o trabalho de reconstrução da memória. O autor explica que os indivíduos estão tão afinados com o meio social que os cercam, que as recordações, mesmo sendo individuais, são baseadas nas recordações dos grupos em que o indivíduo esteve inserido. Ele afirma ainda que:

[...] frequentemente a dosagem de nossas opiniões, a complexidade de nossos sentimentos e de nossas preferências não são mais que a expressão dos acasos que nos colocaram em relação com os grupos diversos ou opostos, e que a parte que representamos em cada modo de ver está determinada pela intensidade desigual das influências que estes têm, separadamente, exercido sobre nós. De qualquer maneira, na medida em que cedemos sem resistência a uma sugestão de fora acreditamos pensar e sentir livremente. É assim que a maioria das influências sociais que obedecemos com mais frequência nos passam despercebidas. (HALBWACHS, 1990, p.47).

Para o autor, cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que esse ponto de vista muda conforme o lugar ocupado, e que este mesmo lugar muda segundo as relações que são mantidas com outros meios.

Nessa perspectiva, podemos observar que a memória sobre o comportamento e o modo de ser do sujeito mulher se ancora nas sociedades e culturas antecedentes, que foram construídas sobre princípios patriarcais e estes foram transmitidos de geração à geração por meio das experiências familiares, educacionais e religiosas, chegando dessa forma à contemporaneidade, na qual a mulher permanece em constante vigilância, principalmente, sobre o seu corpo e sua sexualidade.

Desta maneira, conseguimos conjecturar, com base nas reflexões de Halbwachs (1990), que convicções e opiniões que, a princípio, parecem ser inerentes ao sujeito, na verdade são relações sociais que foram sendo construídas e experienciadas, como é exemplificado por ele ao dizer que:

[...] a arte do orador consiste talvez em dar àqueles que o ouvem a ilusão de que as convicções e os sentimentos que ele desperta neles não lhes foram sugeridos de fora, que eles nasceram deles mesmo, que ele somente adivinhou o que se elaborava no segredo de suas consciências e não lhes emprestou mais que sua voz. (HALBWACHS, 1990, p.47).

Para o autor, a maneira como agimos e pensamos provém das relações que construímos a partir das experiências que produzimos nos espaços sociais que ocupamos, em determinadas épocas do tempo, assim como nas vivências que sobrevivem em nossa memória e influenciam o nosso presente. Halbwachs

(1990), também ressalta que o meio social em que o indivíduo está inserido contribui para reconstruir os vestígios e impressões de um determinado momento, assim, segundo o mesmo, “a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores” (HALBWACHS, 1990, p. 71).

Ainda em concordância com Halbwachs (1990) defendemos que o grupo social possui a persuasão de imprimir suas percepções e valores ao mesmo tempo em que se adapta àquilo que resiste de sua influência. Por isso, é quase impossível que as sociedades antepassadas não deixem vestígios de suas concepções nas atuais, mesmo que de forma inconsciente. Assim sendo, o estudo sobre a memória coletiva é um meio que nos auxilia a compreender como as referências patriarcais continuam sobrevivendo como base para a permanência e continuidade das violências praticadas contra a mulher, especialmente àquelas relacionadas às vestimentas, objeto da nossa investigação.

Desse modo, o objetivo geral dessa pesquisa foi investigar as principais transformações ocorridas nas roupas femininas ao longo do tempo e, a partir disso, averiguar qual a implicação da memória coletiva e individual para a manutenção de comportamentos violentos contra a mulher, especificamente, utilizando o uso de determinadas roupas como justificativa para isso. E como objetivos específicos definimos: abordar como aspectos históricos e socioculturais auxiliam para a discriminação e hostilidade em relação a determinadas roupas usadas pela mulher e investigar como o vestuário pode ser usado como fenômeno para o empoderamento da mulher.

Para alcançar tais objetivos nos apoiamos em autores como Saffioti (1995; 1997; 200; 2004), Cunha (2007), Radl-Phillip(2010), Laver (1989), Souza (1987), Viana (2018), Braga (2004), Nietzsche (1999; 2002; 2004), Halbwachs (1990), dentre outros autores que contribuem para a análise de questões que envolvem gênero e violência, bem como tratam da condição social da mulher.

Isto posto levantamos e tentamos comprovar a seguinte hipótese: existe discriminação em relação às roupas usadas por mulheres especialmente as que são curtas e que se moldam ao corpo, e esse tipo de vestimenta é usada

como justificativa para a violência contra as mulheres, mediante o resgate da memória individual e coletiva.

Ao analisarmos a história das mulheres na cultura ocidental identificamos que, do ponto de vista do sistema patriarcal, um dos mecanismos utilizados para o ordenamento de uma sociedade perpassa, em grande medida, pelo controle do comportamento e corpo feminino. A dominação masculina faz uso desse mecanismo como forma de subjugar a mulher, visto que se construiu tradicionalmente a concepção de que os corpos femininos são pertencentes aos homens e, sendo assim, de livre acesso a eles.

Dessa forma, conseguimos comprovar a nossa hipótese de que ainda é muito presente em nossa sociedade a discriminação de mulheres por causa do uso de roupas curtas e decotadas e, em muitos casos, a culpa do agressor é atenuada em virtude da justificativa de que a violência foi provocada por causa do vestuário “inadequado” usado pela vítima.

Isso reforça a questão que o direito das mulheres sobre seus corpos continua sendo um obstáculo a ser superado e, dessa forma, faz-se necessária a imediata discussão a respeito das várias formas de manifestações da violência contra mulher no Brasil, demanda esta que está presente por décadas nas reivindicações de movimentos de mulheres e dos feminismos.

Nossa dissertação estrutura-se em três seções. Na primeira, cujo título é “**O vestuário como objeto de investigação**”, apresentamos um breve histórico do surgimento das roupas no ocidente, mostrando como as mesmas foram usadas como mecanismo para diferenciação de classe e sexo, além de fazer um panorama de como as roupas refletiam a posição das mulheres nas sociedades.

No capítulo dois - “**Memória e Violência contra a mulher: a intolerância social às vestimentas**” abordamos algumas definições de violência, como a de gênero e contra mulher, a partir da concepção de alguns autores como Saffioti (1995; 1997; 2002; 2004), Cunha (2007), Daudoun (1998), Radl-Philipp (2010), dentre outros e discutimos como as roupas, mesmo nos dias atuais, ainda representa um símbolo e também um mecanismo de violência contra a mulher.

Na terceira seção, intitulada “**O discurso moralizante em torno da roupa**” fizemos uma explanação sobre o “conceito” de moral trabalhado por

Nietsche e suas implicações sobre as roupas usadas por mulheres e os desdobramentos dessa escolha nos julgamentos atribuídos à mulher por conta das escolhas de tais vestimentas.

No capítulo 5, “**Corpo, Roupas e Violência: a influência da memória na prática da violência contra a mulher**” discutimos as nossas impressões sobre o conteúdo jornalístico veiculado em portais digitais do noticiário brasileiro cujo tema abordava a ligação entre roupas (curtas, decotadas ou outras) e a violência contra a mulher.

Nesse sentido, para fins de análise, escolhemos as histórias de Geisy Arruda, estudante que foi alvo de ofensas no ambiente acadêmico por assistir as aulas usando um vestido de malha rosa e curto; da juíza Maíra Valéria Veiga de Oliveira, diretora do Fórum de Iguaba Grande, localizado na Região dos Lagos, interior do Rio de Janeiro, que determinou a entrada de advogadas ao interior do Fórum mediante o controle do comprimento das roupas usadas por estas; do editorial assinado pelo professor José Maria Vasconcelos, que teceu comentário responsabilizando as mulheres pela violência e assédio sofridos em função do uso “inadequado” de roupas e por fim, da Universidad Pontificia Bolivariana, em Medellín, na Colômbia, que postou em seu site oficial, orientações quanto às vestimentas femininas que deveriam ser usadas nas dependências da universidade. A partir das notícias selecionadas averiguamos a implicação da memória individual e coletiva para a manutenção de comportamentos violentos contra a mulher.

Para a viabilidade do nosso estudo utilizamos abordagem qualitativa, que, de acordo com Minayo (2009), é aquele que se preocupa com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, mas necessitam de entendimento e interpretação em seus significados. Nesse sentido, a autora explica que esse tipo de pesquisa busca a compreensão de fenômenos complexos, principalmente, aqueles relacionados à natureza social e cultural, mediante descrições, interpretações e comparações.

Assim sendo, conduzimos a investigação desse estudo por meio da pesquisa documental, um dos caminhos possíveis que a abordagem qualitativa oferece, e que, de acordo com Godoy (1995), comumente esquecemos que os documentos constituem uma rica fonte de dados.

A autora pontua que a palavra “documentos” deve ser compreendida de uma forma ampla, incluindo materiais escritos como jornais, revistas, diários, obras literárias, entre outras. Esses documentos são considerados “primários”, quando são produzidos pelas pessoas que vivenciaram o fato ou “secundários”, quando são coletados por pessoas que não estiveram presentes no momento da ocorrência do acontecimento.

2 O VESTUÁRIO COMO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO

A história da humanidade está intrinsecamente ligada à história das vestimentas, pois a maneira como nos vestimos reflete os acontecimentos históricos mais importantes da humanidade como guerras, prosperidade ou decadência econômica e influências religiosas, enfim, todos os episódios marcantes de uma nação.

Nesse sentido, já no período pré-histórico é possível encontrarmos vestígios de que o homem das cavernas fazia uso de peles de animais para cobrir o corpo como meio de proteção contra as intempéries climáticas. Assim, o ato de cobrir-se, pelo menos em um primeiro momento, parece estar associado exclusivamente à necessidade biológica. Como salienta Viana (2017) “muito frio ou muito calor são fatores que costumam pedir alguma cobertura corporal para que o corpo humano sobreviva nos ambientes em que ele se propõe a viver” (VIANA, 2017, p.21).

No entanto, além da proteção existem outras razões que levaram os homens a utilizarem-se das vestimentas. James Laver (1947apud Viana, 2017, p.21) nos informa que “veste-se também por pudor”, pois, em algumas culturas é constrangedor transitar desnudo entre os seus pares em ambientes públicos e, à medida que determinados valores morais e religiosos foram sendo incorporados pela sociedade, esse caráter tornou-se ainda mais fortalecido. Tal argumento é justificado pelo fato de que existiram povos que, mesmo habitando zonas tropicais do globo terrestre e de clima quente, cultivaram o costume de cobrirem-se com roupas.

Essa vertente de pensamento encontra-se presente, por exemplo, na narrativa cristã, em torno da ideia de pecado original, como relatado no livro de Gêneses. Segundo a história ilustrada pelo texto bíblico, Eva teria desobedecido à ordem de Deus de não comer do fruto proibido e induzido Adão a cometer o mesmo erro e ao fazê-lo, reconheceram-se nus, adquirindo, dessa forma, a noção de pudor e necessidade de cobertura do corpo. A partir desse momento eles passaram a se cobrir, a princípio, com folhas de figueira e, posteriormente, com peles de animais.

Outras razões para o uso das vestimentas estão ligadas às necessidades do ser humano, tanto sociais quanto psicológicas, de produzir

significados relacionados à demonstração de poder, riqueza, autoridade, hierarquia, dentre outros aspectos. Além disso, a forma como o indivíduo se veste pode contribuir ou não, para a adesão do mesmo a determinado grupo, bem como para a diferenciação deste entre os demais integrantes do grupo.

Contudo, antes de ponderarmos sobre as circunstâncias que induziram o ser humano a cobrir o corpo com roupas é preciso considerar que, em relação ao que a literatura indica, já existiam alterações na estética corpórea dos nossos ancestrais pré-históricos que são anteriores às vestimentas.

2.1 AS PRIMEIRAS FORMAS DE VESTIMENTAS

Aderindo ao pressuposto de que as culturas são socialmente construídas podemos constatar que o corpo também o é, e que este sofre modificações de acordo com o tempo e espaço em que está inserido e como afirma Soares (2011, p.11 apud Le Goff e Truong, 2006), a “concepção do corpo, seu lugar na sociedade, sua presença no imaginário e na realidade, na vida cotidiana e nos momentos excepcionais sofreram modificações em todas as sociedades históricas”.

Nesse sentido, o método mais antigo conhecido de alteração do corpo são as tatuagens, alargadores e piercings. Lógico, que a forma como as tatuagens eram feitas e os materiais utilizados na produção dos adornos eram diferentes das que utilizamos na atualidade. Nos alvares da humanidade as tatuagens eram feitas com espinhos ou dentes de animais e nos furos realizados na derme eram introduzidos pigmentos extraídos das plantas, ou carvão, compondo dessa forma, uma marca definitiva, ou seja, esscarificada.

Viana (2017) ressalta que as razões para se ter tatuagens são várias, sendo desde uma expressão de vaidade, como decoração do corpo (adorno), até explicações religiosas, como forma de proteção contra a magia e maus espíritos. Além dos motivos citados, que são os mais conhecidos, Soares (2011) cita algumas outras funções das tatuagens como: “camuflagem durante a caça; a de cunho religioso; ícones de memória para seres amados que já partiram e outras que são partes de ritos de iniciação em determinadas

comunidades, assim como ornamento ou atração erótica”, (SOARES, 2011, p.23).

Para além das tatuagens, os adereços e adornos merecem uma atenção especial no cotidiano do homem primitivo.

Inicialmente usados pelo homem como um dos sinais característicos de sua potência. A paixão pelos balangandãs nasceu antes da necessidade da vestimenta. Os contemporâneos dos grandes mamíferos faziam joias reunindo conchas e dentes de animais furados e enfileirados com cabelos de mamute. (VIANA 2017, p.23 apud COCHERIS 1914, p.42).

E complementa:

As cavernas que abrigavam os homens da Época da Rena, os dólmãs, as estações lacustres, mostram, através dos diversos objetos ali encontrados, os progressos alcançados nessa segunda era da humanidade na arte da indumentária. Não há a menor dúvida quanto a isso, se examinarmos as joias daquela época reunidas em nossos museus; são colares, anéis, balangandãs, alfinetes para cabelo, ora de sílex, de nacro, de osso, de vértebras de peixes, ora de pedacinhos de bucardo cuja moda continuou ininterruptamente até a época do bronze. (COCHERIS 1914, p.42 apud VIANA 2017, p.23).

O exemplo mais antigo que melhor explica essa combinação de tatuagem, decoração e vestimenta é a múmia Ötzi, conhecida também como “o homem de gelo”, por ter sido encontrada soterrada no Ötztal Alps, localizado na fronteira entre a Itália e a Áustria, em 1991.

De acordo com as informações do Museu de Arqueologia do Sul do Tirol², localizado em Bozano, na Itália, Ötzi morreu há cerca de cinco mil anos, ou seja, ele é uma das múmias mais antigas da qual se tem conhecimento até o presente momento. De acordo com as pesquisas realizadas, ele foi um homem de 1,60 metros de altura e pesava cerca de 50 quilos. Quando morreu tinha aproximadamente 45 anos de idade, o que faz dele um recordista em longevidade.

Ainda em conformidade com o museu, Ötzi traz em seu corpo uma característica marcante, 61 “tatuagens” que recobrem todo o corpo. Elas foram

² Disponível em <<http://www.iceman.it>> acesso: 09 jul. 2018.

produzidas por meio de fissuras finas onde era esfregado carvão e formavam uma série de linhas ou cruces. Algo intrigante a respeito dessas “tatuagens” é que estão localizadas em partes do corpo mais propensas a lesões ou dor, como as articulações e ao longo das costas. Isso levou alguns pesquisadores a acreditarem que as tatuagens correspondem a linhas de acupuntura, técnica que só viria a surgir aproximadamente dois mil anos depois na Ásia.

Essa prática de escarificação se estendeu ao longo do tempo e de lugares. Pode-se constatar, através dos documentos datados dos séculos XVI e XVII, período colonial no Brasil, relatos dos viajantes europeus sobre o cotidiano dos índios tupinambás que utilizavam “tatuagens” em cerimônias de passagem.

As meninas tupinambás quando atingiam a idade adulta, marcada pela primeira menstruação, normalmente eram submetidas a um ritual de transição. De acordo com Raminelli (2015), os índios faziam incisões na pele das moças com um dente de animal desde as espáduas até as nádegas, “os cortes formavam uma cruz em sentido oblíquo e sua profundidade dependia da robustez ou da resistência das jovens” (RAMINELLI, 2015, p.17). O autor complementa que, logo após a cerimônia, com o corpo ainda sagrado, os índios esfregavam cinzas da queima de abóboras selvagens nas costas das moças para que as marcas das incisões ficassem à mostra pelo resto de suas vidas. Esse ritual tinha a intenção de fazê-las férteis e dar-lhes filhos saudáveis e bem formados.

Ainda conforme o autor, os guerreiros também eram sujeitos a semelhante procedimento quando matavam algum inimigo, estes “recebiam incisões no corpo – tatuagens – e ficavam recolhidos, longe do convívio com os demais moradores da comunidade por um breve espaço de tempo” (RAMINELLI, 2015, p.17).

Assim, fica evidente a importância do corpo e dos seus adornos nas comunidades primitivas que se estabeleceram sobre um sistema de representações, muitas vezes irracionais, como afirma Del Priory (1995), “mas dotadas de uma lógica interna passível de desvendamento”, semelhante às vestimentas que fornecem ocasião para exploração e esclarecimento da história humana. (DEL PRIORY, 1995, p.10).

A respeito disso, a descoberta da múmia Ötzi continua nos auxiliando. As baixas temperaturas, além de terem conservado o corpo, também preservaram os seus pertences, como roupas e instrumentos de caça. Isso nos permite vislumbrar como era o provável cotidiano e as possibilidades que tinha o homem primitivo que viveu na Era Glacial da Idade do Cobre, algo muito singular para a nossa história, podemos até dizer revolucionário, pois, nas vestimentas, estão contidas as histórias e as memórias de um povo e de um período.

Segundo o Museu de Arqueologia, as roupas usadas por Ötzi eram práticas e funcionais, feitas de couro, pele e ervas trançadas que eram costuradas a partir de tendões de animais, lâminas de grama e ráfia. Graças às roupas que usava, o homem do gelo estava protegido contra o frio e a umidade e pronto para enfrentar a vida no deserto de gelo.

Todavia, até o homem conseguir desenvolver formas mais operacionais de se vestir, enfrentou alguns problemas. Durante esse processo surgiu uma das mais importantes invenções, comparada em grau de relevância por James Laver (1989), à invenção da roda e à descoberta do fogo: a agulha de mão.

Grandes quantidades dessas agulhas, feitas de marfim de mamute, de ossos de rena e de presas de leão-marinho foram encontradas em cavernas paleolíticas, onde foram depositadas há 40 mil anos. Algumas são bem pequenas e primorosamente trabalhadas. Essa invenção tornou possível costurar pedaços de pele para amoldá-las ao corpo. O resultado foi o tipo de vestimenta ainda hoje usada pelos esquimós. (JAMES LAVER, 1989, p.10-11).

Observamos então que, apesar da causa principal do uso das roupas a priori estar relacionada com a proteção do corpo, não podemos desconsiderar suas implicações sociais e psicológicas, que, ao passar do tempo, vão sendo acentuadas em certas sociedades e épocas.

2.2 AS PRIMEIRAS CIVILIZAÇÕES E SUAS ROUPAS

A relação do homem com a vestimenta começa a passar por transições mais profundas quando este, que até então era nômade e precisava deslocar-se constantemente em busca de alimento, fixa-se em determinada região e desenvolve as práticas da agricultura e da pecuária.

De acordo com os registros históricos, a Mesopotâmia é uma das civilizações mais antiga da humanidade, seu povo assentou residência entre os rios Tigres e Eufrates, local em que atualmente está localizada a região do Oriente Médio, onde as terras eram férteis, dessa forma a área têxtil foi beneficiada.

Instituída a condição ideal para a criação de animais como ovelhas e a plantação de linho, favorecendo o surgimento de técnicas como a feltragem e posteriormente, a tecelagem. Segundo Laver (1989), “uma vez estabelecida a manufatura de tecidos, mesmo que fosse em escala pequena, abriu-se o caminho para o desenvolvimento das roupas como às conhecemos” (LAVÉR, 1989, p.12).

Ainda de acordo com o autor, a forma primária conhecida do uso do tecido era como *sarongue*, uma espécie primitiva de saia, onde um pequeno retângulo de tecido era enrolado na cintura, posteriormente foi acrescentado outro pedaço de tecido quadrado sobre os ombros atados por broches. Esse tipo de vestimenta era usado por egípcios, assírios, gregos e romanos. Na verdade, Laver (1989), ressalta que roupas drapeadas eram a marca da civilização, as que acompanhavam a forma do corpo eram consideradas “bárbaras”, e em certa época tal forma de vestir-se chegou a ser abominada pelos romanos, tanto que quem as usasse poderia ser condenado à morte.

Essa atitude romana denota o caráter explícito das roupas de tornar um indivíduo aceito por seus semelhantes ou não, assim como de ser um instrumento de dominação e conseqüentemente de humilhação, a depender da representação social do sujeito, assim como nos explica Souza (1987), ao refletir sobre o caráter catalizador da roupa em “servir à estrutura social, acentuando a divisão em classe” (SOUZA, 1987, p.29).

Apesar das escassas representações das vestimentas femininas nos baixos-relevos de Nínive, em contrapartida aos trajes masculinos é possível

verificar que as mulheres das classes mais abastadas vestiam um tipo de saia feita de tecidos com bordas formadas de tufos de lã com aparência de franja, que também era utilizado por homens, até que foram substituídas gradativamente por longas túnicas com mangas. Algo interessante, destacado por Laver (1989), era a obrigatoriedade das mulheres casadas cobrirem as cabeças com véus em espaços públicos. Essa imposição era regulamentada por lei a cerca de 1.200 a.C. e prevalece até os dias atuais nessa região.

Nas primeiras civilizações, os homens tinham até mais preocupação com a aparência do que as mulheres, afinal, a distinção entre classes e a demonstração de poder eram expressas por meio da roupa. Laver (1989) afirma, por exemplo, que mesmo o vale do Nilo não sendo mais quente que o vale do Eufrates, as vestimentas egípcias eram muito mais sumárias e leves que as da Babilônia e da Assíria, “na verdade, as pessoas das classes mais baixas e os escravos dos palácios andavam quase, ou completamente nus. O uso de roupas era uma espécie de distinção de classe” (LAVÉR, 1899, p.16). Até mesmo as cores das vestimentas eram usadas como forma de distinguir a classe social de quem as vestia. Laver (1988) indica que nas sociedades grega e romana:

Alguns membros das classes inferiores tingiam suas roupas de um marrom avermelhado, uma prática aparentemente rejeitada pelas autoridades, uma vez que o historiador Heródoto menciona um decreto ateniense proibindo-os de frequentar o teatro e outros lugares públicos com roupas tingidas, As classes superiores desfrutavam de maior liberdade, e conta-se que o pintor Polignoto foi o primeiro a usar cores vivas, como o vermelho, amarelo e o roxo. (LAVÉR, 1988, p.26).

As mulheres não eram estimuladas a usarem trajes luxuosos, pelo contrário, existiam leis suntuárias³ que procuravam limitar o luxo das vestimentas femininas. As senhoras atenienses, a título de exemplo, raramente eram vistas em lugares públicos e eram pouco tentadas a competir com outras mulheres no que tange ao uso de roupas vistosas ou fora do comum.

É pertinente salientarmos que a posição social ocupada pela mulher nessas sociedades era limitada, comparada a de escravos e estrangeiros. De

³ Instrumento de regulação política, social e econômica as “leis suntuárias” existiam para manter visíveis os níveis sociais de quem se vestia (PRIORE, 2000, p.[S/N]).

acordo com Lins (2012), em Atenas, principal polo cultural e intelectual do ocidente, estas eram impedidas de transitarem em espaços públicos que eram exclusivamente masculinos, restavam-lhe apenas permanecerem no gineceu, que era um espaço da casa, construído geralmente no andar superior da residência, de uso privativo das mulheres, no qual apenas os membros masculinos autorizados pela família, como o pai, filhos, irmãos e tios podiam adentrar. Além disso, as mulheres atenienses também não possuíam acesso à educação, muito menos a direitos políticos e legais.

Dessa forma é possível perceber que desde os primórdios da existência das sociedades, a figura da mulher encontra-se rodeada por preconceitos e mitos de cunho pejorativo ao mesmo tempo em que é vista como um ser admirável, uma espécie de santa e também temida como feiticeira e representante do diabo.

Os gregos condenavam todas as mulheres como irracionais, hipersexuadas e moralmente defeituosas. Pode-se deduzir que elas fossem irracionais por lhes ter sido negada a instrução, hipersexuadas porque se queixavam de que os maridos raramente dormiam com elas e moralmente defeituosas porque os criticavam ao perderem tanto tempo filosofando na Assembleia, quando deviam estar fora dali, ganhando a vida. A harmonia doméstica não era uma característica da vida grega. (TANNAHILL, 1983, p.102 apud LINS 2012, p.40).

No império romano, as mulheres desfrutavam de uma liberdade rara no mundo antigo, elas podiam sair de casa e transitar em ambientes públicos sem necessidade de pedir autorização ao marido, além disso, eram convidadas para eventos sociais, ao contrário do que acontecia na sociedade grega, no entanto continuavam submetidas aos maridos que detinham todo poder sobre as suas esposas. Lins (2012) relata que este poder chegava a tal ponto que o marido podia:

[...] chicoteá-la e corrigi-la como bem entendesse, sem nenhuma coação exterior. Podia fazê-la trabalhar como escrava, recebendo o rendimento que daí resultasse; podia matá-la, com suas próprias mãos se a pegasse em flagrante de adultério. (LINS, 2012, p.78).

A maior preocupação das romanas de classe social elevada era manter-se na moda, que era indicada por meio dos tecidos e enfeites usados por elas, como: colares, broches, anéis, pesados braceletes de ouro, algodões da Índia, diademas e brincos incrustados com pedras preciosas. O alto investimento em enfeites se dava pelo fato de que elas não podiam exhibir o corpo, por isso, usavam roupas volumosas que o escondia.

Lins (2012) informa que a liberdade que as romanas usufruíam era inútil, uma vez que podiam fazer tudo, desde que não fosse nada construtivo. As desvantagens legais e as pressões sociais que elas sofriam as impediam de serem agentes influenciadoras de pessoas ou de passarem por cima da autoridade masculina. Por isso, elas ficavam ociosas e, portanto dedicavam a maior parte do seu tempo em cuidados com os cabelos e o rosto.

Nesse sentido podemos observar que nas estruturas sociais até este momento abordadas existia limitação dos direitos da mulher, bem como a sujeição da mesma para com o homem. Ser mãe, esposa e cuidar do lar era o ápice da vida da mulher, sem qualquer alternativa, especialmente, para aquelas mulheres que compunham as classes sociais elevadas. A moralidade e o recato eram qualidades indispensáveis à mulher para a manutenção da honra da família e nessa lógica, as roupas eram usadas como meio de esconder seus corpos.

2.3 A EUROPA ANTIGA

Com o declínio do Império Romano do Ocidente, tem-se início à Antiguidade Tardia, período histórico europeu compreendido entre os séculos V e XV, que culmina com a tomada da capital do Império Bizantino em 1453. Essa época é caracterizada pela economia ruralista, sistema de produção feudal e, principalmente, por uma forte influência da Igreja Católica, que agregou uma nova moral aos valores romanos e desvalorizou o erotismo pagão.

Nesse período, as roupas se diferenciavam mais pelo material e cores do que pelo seu formato propriamente dito e a modificação das roupas no

continente europeu recebia forte influência dos trajes militares em decorrência das Cruzadas, bem como da cultura Oriental, como aponta Laver:

Ao retornarem para a Europa, os cruzados trouxeram não só os tecidos orientais, mas as próprias roupas ou a técnica de corte. As mulheres ocidentais adotaram o véu mulçumano, ou um pequeno véu cobrindo a parte inferior do rosto. Por outro lado começaram a amoldar os vestidos ao corpo por meio de abotoamento lateral, que deixava a parte superior justa sobre o busto. (LAVÉR, 1989, p.56).

Com o avanço da Idade Média, as roupas passaram a ter um caráter mais sofisticado. Nesse contexto podemos perceber o cunho exibicionista atribuído às roupas por via dos adereços. As túnicas e os trajes eram muito mais enfeitados e ornamentados com pedras preciosas, feitos com tecidos tão ricos que alguns eram fabricados com fios de ouro. É em meio a essa ostentação que a religião cristã cresce vertiginosamente e traz consigo a ideia do “pecado da carne” e o resultado disso é a desvalorização do corpo, a tal ponto que até a higiene pessoal é comprometida.

O ascetismo era um ataque feroz ao corpo e seus apetites sexuais. Evitavam-se os banhos, a sujeira tornou-se virtude. Qualquer coisa que tornasse o corpo mais atraente era um incentivo ao pecado. Santa Paula acreditava que a pureza do corpo e das vestes significava a impureza da alma. (LINS, 2012, p.115).

E por se tratar de uma sociedade patriarcal, muitos autores afirmam que nessa época histórica as mulheres estavam relegadas a circularem exclusivamente em espaços privadas e ainda assim, dentro dos limites da casa paterna, marital ou de conventos. Tal ideia certamente está reforçada pelas discussões disseminadas pelos teóricos antigos e medievais que intensificava o pensamento da submissão feminina, entre estes: Aristóteles, Santo Agostinho e São Tomás de Aquino. Além disso, de acordo com Nascimento (1997), a reprodução da imagem negativa da mulher pela Igreja está profundamente afetada pela construção da tradição judaica criada em torno da primeira mulher:

Estas ideias tiveram ampla difusão dentro do mundo medieval e eram principalmente os homens da Igreja os encarregados de disseminá-las. Para eles estava claríssimo que a mulher era um perigo carnal e espiritual a ser evitado. Desta maneira, os discursos que justificavam o repúdio não se basearam exclusivamente nos legados dos grandes teólogos e filósofos, mas também se nutriram fartamente de credices, que o baixo clero tratou de alimentar. (NASCIMENTO, 1997, p.86).

E Silva (2014) destaca que no período renascentista:

A mulher passa a ocupar lugares sociais antagonicamente binários, de santa e feiticeira, Virgem abençoada e Eva pecadora, objeto de adoração e depósito de uma luxúria abominável. (SILVA, 2014, p.29).

Além disso, o movimento renascentista reflete outras transformações políticas, culturais, econômicas e intelectuais que afloravam na sociedade europeia da época. De acordo com Elizabeth Wilson (1989), esse ambiente efervescente que favoreceu o desenvolvimento do capitalismo, também foi uma espécie de mola propulsora para o surgimento da moda. A autora argumenta que “a moda, tal como nós a entendemos, quase não existia” antes do processo de expansão do mercantilismo e acrescenta que “[...] um dos efeitos do crescimento do comércio e do início do capitalismo no século catorze, sobre a maneira de vestir, residiu na criação da noção de moda, como estilos em mudança” (Elizabeth Wilson, 1989, p.29).

O ideal de beleza feminina almejado nesse período também passa por alterações. Nesse momento o corpo desejado era o rechonchudo e com cintura marcada. Para acentuar tais características, as mulheres renascentistas usavam um recorte em forma de bico entre a blusa e a saia. Segundo Laver (1989, p.74), uma moda comum difundida entre as mulheres nessa época era a evidenciar a testa esticando os cabelos para trás. Já no que diz respeito às roupas o autor afirma que as roupas femininas eram muito mais modestas do que as masculinas. Nesse sentido, Braga (2004) esclarece que:

Sobre o órgão sexual usavam uma espécie de suporte que tinha mais característica de adorno do que proteção [...]. Esse detalhe era de fato para evidenciar, ou melhor, exhibir toda a masculinidade e virilidade do portador. Nas pernas usavam meias coloridas, muitas vezes com características diferentes

(cores e/ou listras para cada perna, o que simbolizava um código de pertencimento ao seu respectivo clã, uma espécie de heráldica, através das roupas. (BRAGA, 2004, p.45).

Naturalmente, os camponeses assim como a classe intermediária imitavam, tanto quanto possível, o traje usado no círculo da corte e como forma de punição criou-se leis suntuárias restritivas em relação às vestimentas. As censuras chegavam a tal ponto, que usar roupas vermelhas, assim como seus superiores passou a fazer parte da pauta de reivindicações dos revoltosos durante a Revolta dos Camponeses na Alemanha. Um fato curioso é que provavelmente essa não foi a primeira vez na história que houve manifestações em que determinada forma de se vestir foi o objeto de reivindicações.

De acordo com Lins (2012), acredita-se que no ano 215 a. C. possivelmente houve o primeiro movimento feminista do Ocidente, desencadeado por conta de uma lei denominada Oppiana (assim chamada por causa do tribuno C. Oppius). Essa lei foi decretada como forma de limitar o consumo das mulheres e consistia em delimitar a conservação de ouro para estas em apenas meia onça⁴. Elas também eram proibidas de andar de carruagem pelas ruas de Roma e não podiam usar roupas tingidas, uma vez que as tintas corantes eram importadas. Tudo isso como forma de passar pelo período de escassez enfrentada por Roma por conta da guerra com Aníbol.

No entanto, essa lei não se estendia às mulheres e filhas dos aliados de Roma. Assim:

Em 195 a.C. surgiu um movimento para repelir essa lei. Nem ordens dos maridos conseguiram manter as mulheres casadas em casa. Elas ocuparam todas as ruas de Roma e todos os caminhos para o fórum. A cada dia, aumentavam as multidões de mulheres, porque elas inclusive vinham das províncias para a cidade. (LINS, 2012, p.27).

Isso deixa evidente o quanto a roupa é um fator que auxilia o indivíduo em sua necessidade de afirmação no interior do grupo ao qual pertence, assim como em sua realização completa, a ponto de se tornar um vetor para manifestações e reivindicações.

⁴ Unidade de peso igual a um décimo sexto de uma libra ou 16 dracmas ou 28,349 gramas.

Em meados do Renascimento, a moda europeia caracterizada por suas cores vibrantes e formas fantásticas, dá lugar à moda espanhola, que por sua vez, possui um estilo mais ajustado e sombrio. Aliado ao efeito acolchoado dos trajes se obtinha uma ideia de rigidez, refletindo dessa forma, a etiqueta rigorosa da corte espanhola. O efeito de tudo isso é reforçado pelo uso dos rufos, que representavam o *status* hierárquico de quem os vestiam.

As mulheres também utilizavam o rufo no traje feminino, Laver (1898), aponta outra característica a ser notada, “o principio da sedução”, que segundo o autor é:

[...] uma tentativa de explorar os encantos femininos de quem usa a roupa, como, por exemplo, o decote. As mulheres desejavam usar um rufo para mostrar seu *status* na sociedade: queriam também ser atraentes como mulheres. O “compromisso elisabetano” era abrir o rufo na frente de modo a deixar o colo exposto e permitir que se elevasse em asas de gaze atrás da cabeça. (LAVÉR, 1898, p.91-92).

Todavia, considerando a situação de subordinação imposta ao gênero feminino pelo masculino em tal estrutura social podemos afirmar que a moda representa um instrumento de dominação, uma vez que pode ser usada como um mecanismo que interfere no campo cultural. Sendo assim, certas vestimentas eram usadas estrategicamente como meio de diferenciação hierárquica, bem como de dominação. O rufo, por exemplo, impedia o livre movimento de quem o vestia, pois dificultava o movimento da cabeça, além disso, outras peças da roupa feminina usadas na época podem ser interpretadas como símbolo de clausura, como elucida Laver (1898):

A rigidez que marcou as roupas masculinas na segunda metade do século XVI foi ainda mais pronunciada nas femininas. O corpete que formava a frente da blusa era endurecido com tela engomada ou papelão e mantido no lugar por barbatanas frequentemente feitas de madeira e, portanto, não flexíveis. A saia era armada pela *farthingale*. [...] em sua forma primitiva consistia em uma anágua armada por arcos de arame, madeira ou barbatanas de baleia, que ficavam maiores em direção à barra. (LAVÉR, 1898, p.95-97).

Essa forma de vestimenta teve origem por volta de 1545 na Espanha e impactou sobremaneira o corpo feminino pelo fato de deixá-lo deformado pelo

uso de espartilhos apertados e pela pesada *farthingale*. Nesse seguimento é impossível não admitirmos que a roupa é uma importante fonte de documentação que apresenta de forma incisiva a cultura e costumes de cada época.

No século XVII, a Espanha assim como no século anterior, continua influenciando a moda europeia, no entanto, com certas modificações, a exemplo do abandono do gibão acolchoado e do alargamento das mangas. Em alguns países, como França e Inglaterra, os rufos diminuem em contrapartida na Holanda continuaram a aumentar de tamanho, principalmente entre os protestantes, pois a ideologia protestante era representada também por meio das roupas. Laver (1898) destaca que as roupas destes eram caracterizadas pelo corte conservador e pela cor preta:

[...] os holandeses haviam lutado arduamente para se libertarem da Espanha e ainda assim, a sobriedade de suas roupas continuava a mostrar a influência espanhola. De fato, elas precisavam ser um traje adequado para o seu próprio tipo austero de protestantismo. (LAVÉR, 1898, p.109).

Em meados do mesmo século XVII, a moda inglesa começa a ser popularizada na Europa, entretanto, o autor chama a atenção para a estranha e de acordo com os moralistas da época, indecente moda de usar figuras coladas no rosto.

De acordo com Laver (1898) o satirista John Bulwer, em sua obra *Artificial Changeling*, publicada em 1655 ridiculariza nas mulheres, “o vão costume de colar pintas em seus rostos, afetando verrugas, para realçar sua beleza como fez Vênus e já é bom se uma pinta serve para tornar seus rostos marcantes, porque algumas se enchem delas em grandes variedades de formas. Essas formas podem ser estrelas, luas crescentes ou até uma carruagem de cavalos, cortadas em emplastos de seda preta” (LAVÉR, 1898, p.109). Essa estranha moda durou mais de 50 anos.

2.4 O ANTAGONISMO DA MODA DO SÉCULO XIX

O século XIX foi um divisor de águas tanto para a moda quanto para a estrutura social como um todo, principalmente por conta da Revolução Francesa, que marcou a transição de uma sociedade estamental, para uma sociedade de classes e estabelecendo a igualdade política entre os homens.

De acordo com Souza (1987), nesse período houve o surgimento da burguesia, bem como o desenvolvimento da indústria, o que deu início a um novo estilo de vida, a democracia tornou possível a participação de todas as camadas sociais nesse processo, que anteriormente era direito exclusivo das elites, as carreiras liberais e as profissões centralizaram as atenções masculinas desviando assim, o interesse dos homens pela moda, que passou a ser característica do grupo feminino, visto que as distinções não se expressavam mais pelos sinais exteriores da roupa.

Souza (1987) elucida que uma série de fatores além do advento da burguesia, a exemplo da melhoria da comunicação e o número crescente de figurinos que podiam ser copiados de revistas e jornais, tanto da província quanto de outros países fizeram com que a moda não fosse mais algo exclusivo de uma classe e se difundisse pelas demais camadas sociais.

Durante o século XIX, a ascensão e o declínio de posição social são possíveis graças ao movimento contínuo de classes, por conta disso, a estrutura social é constantemente afetada. Já não existiam mais naquele período as imposições do Estado, através de leis suntuárias ou das questões de precedência e de nível que favoreciam o distanciamento entre a burguesia e a nobreza. Essa conjuntura permite o surgimento da classe média, como elucida Souza (1987):

A Revolução Francesa, abolindo os privilégios vai destruir também o preconceito de que nobreza e burguesia “eram duas raças humanas distintas, cuja separação havia de subsistir até no outro mundo”. E a nova força que surge dos escombros da antiga ordem é a classe média, cuja característica principal, nas palavras de Simmel é ser expansiva para cima e para baixo, seu impulso de ascensão sendo tão violento que a leva a desrespeitar a força repulsiva da nobreza. (SOUZA, 1987, p.112).

Todavia, nas sociedades em que as classes são separadas por estilos de vida e conservadas pela tradição, o sentimento de pertencimento de classe é muito forte, isso torna a transição de uma classe à outra muito mais lenta, uma vez que em tais sociedades a consideração que se alcança perante os semelhantes é mais importante que as riquezas que possui momentaneamente.

Nesse sentido, como era de se prever, uma classe dominante não abre mão tão facilmente da sua posição. E agora que a moda pode ser copiada por todas as classes, por conta da abolição das leis suntuárias e da posse de riquezas que se tornam acessíveis, dessa forma, novas barreiras são erguidas para assegurar a distinção entre pessoas da elite e as demais. A distinção econômica cede lugar à distinção da estética e da elegância.

Refletindo sobre essa questão Souza (1987), expõe que:

A sociedade democrática que teoricamente oferece a todos as mesmas oportunidades e na qual, segundo Spencer iria desenvolver-se pela libertação da moda, o gosto individual acaba massacrando as elites nos tentáculos da indústria costureira, reforçando o desejo de igualdade da burguesia através da propaganda e atirando fora da competição todo o proletariado. Essa mesma democracia que não estabelece barreiras nítidas entre as classes, inventa um novo suplício de Tântalo: permite que as elites usufruam uma moda que a classe média persegue sem jamais alcançar e que os pequenos funcionários e todos os párias sociais espiam nas vitrinas com o olhar sequioso. (SOUZA, 1987, p.141).

Diante do exposto observamos que as roupas compõem mecanismos que vão além da distinção social entre classes, elas também são aplicadas como mediadoras para acentuar o antagonismo das diferenças entre homens e mulheres.

Desde as primeiras civilizações é possível perceber que há sempre alguma característica expressa por meio da vestimenta que contribui para separar o grupo masculino do feminino. Para Souza (1987), por conta desse antagonismo tão marcado é difícil identificar o que foi obra da natureza e o que foi acrescentado por séculos de mútua segregação e de tarefas diversas, obrigando dessa maneira, homens e mulheres a viverem em mundos opostos e desenvolverem atividades diferentes nas quais as mulheres deviam se

encarregar das atividades mais sedentárias e aos homens são reservadas àquelas que exigem maior movimento.

Com a ebulição para a emancipação feminina que vinha se processando desde o século anterior, as barreiras criadas entre os sexos foram ruindo, contribuindo para as transformações no conjunto da vida social. De acordo com Souza (1987), “à visão dupla substitui-se uma visão una da sociedade em que homens e mulheres não são considerados como termos opostos e antagônicos, mas como duas faces de uma mesma humanidade” (SOUZA,1987, p.57). A autora completa que essas mudanças afetaram toda a estrutura social, a divisão do trabalho, refletindo também nos costumes, na moral e na vestimenta. Todavia, as tradições e costumes anteriormente arraigadas na sociedade deixaram marcas também, nas atribuições das tarefas, na mentalidade, assim como nos hábitos das mulheres.

Contudo, a roupa no século XIX continua sendo uma arma na luta entre os sexos e de afirmação dentro do grupo, que era indicado principalmente por meio do casamento. De acordo com Souza (1987), “o matrimônio nesse período era considerado como uma espécie de favor que o homem conferia à mulher para que esta adquirisse status social”.

Para as mulheres que não alcançavam o objetivo de se casar, o destino era nebuloso, pois para elas restavam a vida de solteirona que se resumia em entregar-se aos bordados, à educação dos sobrinhos ou então, nas sociedades onde o movimento emancipacionista feminino estava mais adiantado, como era o caso da Inglaterra e restava a opção de uma vida que era considerada humilhante, o ofício de governanta.

O trabalho feminino remunerado, geralmente exercido por mulheres que não possuíam mais a alternativa de casamento era um desprestígio e estas desciam imediatamente de classe social. Portanto, para as mulheres do século XIX, o casamento era a única opção e para isso a roupa era usada como arma de sedução, no entanto, a rigidez da moral vigente se levantava como obstáculo.

Souza (1987) explica que:

Uma série de regras básicas orientava o contato entre os sexos, ensinando às mulheres como se portar diante dos

homens, como aceitar a corte, aconselhando que as relações “fossem estabelecidas com extensiva cautela”, que as cabeças não se chegassem muito perto lendo o mesmo livro, que as moças “não aceitassem sem necessidade o auxílio para se cobrir com a capa, o xale, calçar as galochas...” (SOUZA, 1897, p.92).

Nesse sentido, Souza (1987) afirma que no contexto do século XIX, em que a única oportunidade de realização feminina era o casamento, as regras rígidas de moralidade impostas pelo conservadorismo reprimiam as possibilidades não apenas de iniciativas, mas também de procura de situações favoráveis para a mulher conquistar um pretendente. Isso motivou as mesmas a buscarem técnicas de avanços e recuos combinando ofertas e negações, sejam no modo de andar, de usar as roupas que revelavam um pouco do corpo feminino como os braços, cotovelos ou tornozelos, qualquer artimanha era válida para alcançar o objetivo desejado, o matrimônio.

As mulheres marginalizadas que possuíam trabalhos remunerados como as governantas e preceptoras eram impedidas, segundo a autora, de participar dessa competição amorosa. A elas eram negados privilégios desfrutados pelas outras mulheres como, “o direito de ter ócio, de ser bela, de resplandecer nos vestidos e competir com as outras na luta entre os sexos” (SOUZA, 1987, p.97).

Assim, podemos notar que a moda é um instrumento regulador que reflete as transformações que ocorrem em todos os âmbitos sociais. Ela também é utilizada em diversos momentos, como os apresentados aqui, via estratégia para impedir a liberdade, a aproximação excessiva entre as classes, bem como entre os sexos.

Em cada período histórico é possível perceber o temor daqueles pertencentes às classes superiores de serem nivelados aos demais e os anseios dos que estão logo abaixo para subir de status. Dessa forma, a moda é utilizada como meio para alcançar cada um seu objetivo, os primeiros usavam do subterfúgio das leis suntuárias para impedir o nivelamento e os demais, da imitação das roupas para conseguir o contrário.

Entre os sexos vemos que a cada momento em que a emancipação feminina se torna mais próxima, os códigos de vestimentas são usados como pretexto para impedir que as mulheres consigam se aproximar da participação

no que diz respeito aos mesmos direitos políticos e de cidadania que os homens.

Nesse sentido, Souza (1987, p.129), defende a capacidade representativa que as roupas têm de refletir as transformações sociais, bem como de opor-se a elas através de inumeráveis subterfúgios toda vez que há alguma ameaça de aproximação excessiva entre classes e sexos. Souza (1987) afirma que:

[...] a vestimenta é uma linguagem simbólica, uma estratégia de que o homem sempre se serviu para tornar inteligíveis uma série de ideias, como o estado emocional, as ocasiões sociais, a ocupação ou o nível do portador. Cada classe, por exemplo, possuía um certo número de sinais que a caracterizavam: uma amplidão da saia das mulheres ou do gibão dos homens, um dado comprimento ou uma dada largura dos sapatos, uma extensão diversa da cauda, dos véus ou das mangas. (SOUZA, 1987, p.125).

Esses são apenas alguns dos exemplos, entre vários outros, de como as vestimentas eram usadas e de determinada forma ainda o são, como meio de destacar o nível social disfarçado de uma aparente função estética. Um elemento estético que também agregava função de divisor social que merece ênfase, de acordo com Souza (1987) é o espartilho, item responsável por deformações do esqueleto e curvatura da coluna, extremamente nocivo, principalmente para as meninas em fase de crescimento. No entanto, tais malefícios eram desconsiderados, uma vez que na sociedade ocidental anterior a Revolução Francesa, o desconforto demonstrado através das vestimentas era uma espécie de confirmação de que o portador não desempenhava nenhuma função laboral e pertencia, portanto, à elite ociosa. A autora descreve que:

Esta seria a razão da voga de unhas longas e dos saltos altos que tolhiam a agilidade e os movimentos. Estendendo a outras manifestações da moda, o ponto de vista de Veblen, diríamos que tinham a mesma finalidade, as luvas extraordinariamente justas da época vitoriana, que na opinião de Cunnington, deformavam a mão das mulheres de maneira quase análoga aos pés das chinesas. Ou os espartilhos que comprimindo violentamente as formas femininas dificultavam a respiração. (SOUZA, 1987, p.125).

Segundo Souza (1987), a Revolução Francesa abre uma nova era que despreza, juntamente com os espartilhos, todos os outros símbolos de classe. Este poderoso elemento de distinção foi desprestigiado, visto que passa a ser usado por mulheres dos mais diversos níveis sociais e a sua história é ligada “à ascensão da burguesia e à difusão das ideias democráticas” (Souza, 1987, p.127). Contudo, outras peças do vestuário usado por mulheres foram utilizadas como forma de distinção social, como por exemplo, a saia-balão constituída de uma série extravagante de anáguas engomadas, seis ou sete ao todo, incluindo a flanela vermelha, a crinolina com sua armação de aço que dificultava a acomodação das mulheres nos exíguos espaços dos trens, transporte em ascensão nesse período.

Em 1860, esse mecanismo disfuncional é abandonado, “mas ao invés da evolução da roupa se fazer no sentido da simplicidade, surge o empecilho das caudas que cada vez mais longas e elaboradas se arrastam pesadas, varrendo a poeira e as imundícies das vias públicas”, como argumenta Souza (1987, p.128).

Vale destacar que nesse período as ideias de emancipação feminina estavam sendo disseminadas pelo mundo. Todavia, as maneiras de dificultar a independência e liberdade feminina, utilizando as roupas como uma das ferramentas para esse fim não param por aí. Quando enfim, as caldas das saias diminuem e ficam mais estreitas e limitam o movimento dos quadris tornando o ato de andar uma arte que necessitava de grande habilidade, sentar-se então era quase uma utopia por causa da ornamentação posterior dos vestidos. Logo depois os exageros são concentrados nas mangas.

De acordo com Souza (1987) são aproximadamente vinte anos do século XIX, no qual as mulheres têm ora os membros inferiores, ora os membros superiores tolhidos. Conclusão paradoxal do ponto de visto da autora, pois é nesse mesmo período que cerca de 200 mil mulheres assumem profissões liberais na Inglaterra; que o número de médicas aumenta nos Estados Unidos e chega a atingir o admirável contingente de 4.555; que elas são admitidas em todas as faculdades francesas e em torno de 85 mil mulheres se dedicam ao ensino primário e secundário.

Observa-se dessa maneira, como a roupa pode ser usada como um mecanismo opressor que tenta dificultar a ascensão feminina, diante das

transformações sociais, empenhando-se em prejudicar ou até mesmo impedir a qualquer custo à emancipação das mulheres. A situação piora quando as roupas femininas começam a revelar um pouco do corpo, o que ocasiona de imediato uma agitação e nesse contexto surgem os discursos jurídicos, médicos e religiosos para restringir e “moralizar” o corpo feminino, o que proporciona fundamentos para a construção de um discurso do senso comum que discrimina, objetifica e agride moralmente e sexualmente a mulher que ousa vestir-se de forma a mostrar o seu corpo.

2.5 A DIVERSIDADE E O INDIVIDUALISMO DO SÉCULO XX

Constatamos que as roupas compõem mecanismos poderosos que evidenciam a heterogeneidade entre as pessoas. Com uma breve observação da vida cotidiana podemos captar a diversidade de corpos, rostos, sotaques, maneira de andar e de falar, bem como a multiplicidade de roupas que refletem os contrastes de religiosidade, profissão, nível social, entre outros aspectos. Essas características divergentes acentuam-se em meados do século XX, período este marcado pela revolução dos jovens por uma maior participação feminina na sociedade, e pela aceleração do processo de mudança da moda. Mas para entendermos melhor esse caminho voltemos ao início do século.

A moda é sempre o reflexo de uma época, e o início do século foi marcado por uma atmosfera de conflito suscitado pela Primeira Guerra Mundial. A convocação dos homens para o combate armado provocou a inserção das mulheres, das diversas classes sociais, no mercado de trabalho que antes era ocupado apenas por homens. Elas foram inseridas nos setores de saúde, transporte, indústria, até mesmo no bélico, entre outros campos. Nesse momento se inicia a emancipação feminina, a princípio pela necessidade gerada por conta da guerra e depois, pelo desejo de se tornarem independentes.

Por conta da necessidade de trabalhar, o traje feminino não pode ser mais tão elaborado quanto fora em outros tempos. Assim, as saias ficaram mais estreitas e mais curtas, subindo para a altura das canelas, dando ao fim à era dos espartilhos e deixando a cintura feminina livre dos amortizantes apertados.

Em 1913 surge o decote em “V” que produziu uma agitação na sociedade daquela época e foi denunciado nos púlpitos como indecentes e os médicos corroboravam dizendo que era um perigo para a saúde, como nos esclarece Laver (1989, p.227), “Uma blusa com uma abertura triangular muito tímida na frente era chamada de ‘blusa pneumonia’ mas, apesar de todos esses protestos, o decote em V foi logo aceito”.

O verdadeiro escândalo acontece em 1925 com a revolução das saias curtas que mais uma vez foram condenadas nos púlpitos da América e da Europa. A Igreja Católica, representada pelo arcebispo de Nápoles que, “chegou a anunciar que o recém-ocorrido terremoto em Amalfi se devia à ira de Deus contra uma saia que apenas cobria os joelhos” (LAVÉR, 1989, p.230). As imposições não terminam por aí, o autor acrescenta que:

[...] não intimidados pelo fato de que as leis suntuárias tiveram apenas um efeito mínimo através da história, os legisladores de vários estados americanos tentaram uma vez mais impor sua própria visão de moralidade. Em Utah, um projeto de lei previa multa e prisão para quem usasse nas ruas “saias de comprimento inferior a 8 centímetros acima dos tornozelos” e um projeto de lei em Ohio tentava proibir qualquer “mulher acima de quatorze anos de idade” de usar “uma saia que não chegue à parte do pé conhecida como arco”. (LAVÉR, 1989, p.232).

Apesar disso, todo esse processo moralizador por meio das vestimentas foi em vão, visto que nesse período passou a existir um novo estilo em que o ideal erótico era o andrógino, por meio do qual, as mulheres buscavam adotar uma imagem masculina tanto quanto fosse possível. Para isso, todo o estereótipo feminino de curvas, admirado por tanto tempo foi completamente abandonado a ponto de as mulheres usarem faixas para achatarem os seios e como toque final cortaram os cabelos. As mulheres se mostravam cada vez mais independentes não se acanhavam em fumar em público ou dirigir carros.

Essas características de novos hábitos e novas silhuetas femininas vão permanecer na década de 1920, denominado como “Anos Loucos”, por conta do caráter revolucionário do período. As saias e os vestidos encurtaram ainda mais, influenciados pelos ritmos do Charleston, do Foxtrot e do Jazz e chegaram à altura dos joelhos. Isso com certeza foi uma grande revolução no guarda-roupa feminino, uma vez que, com exceção das vestimentas primitivas

do período pré-histórico, as mulheres nunca tinham deixado as pernas à mostra. Os fabricantes de meias de seda foram um dos maiores beneficiários com o novo estilo. Mas, como isso não era do interesse de todos, pois, as vestimentas sumárias não davam muito lucro aos fabricantes de tecidos, até o fim desta década as saias voltaram a ser cumpridas e a cintura voltou para o lugar.

A década de 1920 culmina com a quebra da bolsa de Nova Iorque, esse período fica conhecido como a Grande Depressão, marcado por desemprego, falência e muito desespero na sociedade. Apesar da crise financeira, a sofisticação foi algo notável nas vestimentas da década de 1930. De acordo com Laver “as atrizes de cinema eram quase árbitros da moda” (LAVÉR, 1989, p.240). Agora, as atenções passam das pernas para as costas que foram desnudadas até a cintura, dessa forma, “até os vestidos para o dia possuíam uma abertura nas costas, as saias eram justas nos quadris como que para revelar, talvez pela primeira vez na história, a forma das nádegas” (LAVÉR, 1989, p.241).

Essa mudança no aprofundamento do decote dos vestidos possivelmente tem relação com os trajes de banho, que na década anterior eram surpreendentemente recatados, com saíotes bem amplos e pouco decote. Depois os saíotes foram reduzidos a quase nada, as cavas foram aumentadas e o decote ampliado até que surgiram as primeiras roupas de banho de costa nua. Assim como os trajes de banho, a prática de esportes também passou a influenciar as roupas do dia a dia. Os shorts, por exemplo, surgiram a partir do uso da bicicleta.

Algo interessante a pontuar nesse período é que a Depressão contribuiu para diminuir a manifestação de diferenças sociais por meio das roupas. Como é possível observar nas épocas anteriores, as roupas foram usadas como modo de representar o desnivelamento social entre as classes, mas nesse período isso não foi tão evidente, uma vez que se iniciou um processo em que as grandes criações parisienses ficaram ao alcance de quase todas as mulheres. As diferenças eram marcadas basicamente pela diferença de tecidos, visto que os tecidos sintéticos eram cada vez mais utilizados devido ao preço das peças.

A década de 1930 culmina com o estouro da Segunda Guerra Mundial na Europa. A crise desencadeada por esse conflito obrigou muitos estilistas a fecharem as suas *Maisons* ou fugirem da Guerra para outros países.

A década seguinte, os anos de 1940 começam sob a tensão dos conflitos armados, posto que a Segunda Guerra Mundial aconteceu entre os anos de 1939 a 1945. Nesse período ficou bem evidente a capacidade que a moda possui de refletir a situação econômica e política de uma nação que enfrenta um período de guerra.

Laver (1989) destaca que nos Estados Unidos, onde as restrições foram limitadas, a moda se desenvolveu livremente. Já na Inglaterra “a falta de materiais tornou-se crítica e, conseqüentemente, o esquema de ‘utilidade’ e o racionamento de roupas foram estabelecidos em 1941” (LAVÉR, 1989, p.252).

O autor ainda acrescenta que, depois de uma crise, a moda costuma pender para o luxo e a nostalgia de uma época “segura”. Nesse sentido, em 1947 é criado o *New Look* pelo estilista Christian Dior, que se baseou nos modelos da década 1860 com cinturas apertadas, saias muito amplas e forradas, blusas estruturadas com enchimento no busto e nos quadris para acentuar as curvas do corpo feminino, sapatos altos e chapéus grandes. Diante das circunstâncias da ocasião, esse *Look* foi considerado frívolo e desaprovado pelo governo. No entanto, as mulheres ignoraram tais considerações e se dispuseram até a se apertarem com cintas para entrarem no *Look*.

Passada a crise da escassez do pós-guerra, a década de 1950 surge como os anos do renascimento da feminilidade. A beleza passa a ser cultuada mais do que em qualquer outro período anterior. A mulher dos anos 50 volta a se dedicar exclusivamente às atividades domésticas e ganha o status de “Rainha do Lar”, considerando que os filhos nascidos no período do pós-guerra que dependiam de muita dedicação das mães.

Um fator relevante no mundo da moda nesse período foi a revolução jovem, as moças buscavam expressar uma identidade própria por meio das roupas e não nas versões açucaradas da moda de suas mães. Um estilo específico para os jovens se originou nos *sportswear* americano, como calça cigarrete até os tornozelos, sapatos baixos em forma de sapatilhas de balé e jeans. Apesar da demanda por roupas jovens e sugestivas ser grande, essa demanda não foi atendida imediatamente.

É interessante destacar que nesse período o Brasil recebe fortes influências da cultura norte-americana, estas se estendem da alimentação aos costumes até à maneira de se vestir. As músicas bem como o cinema foram os principais influenciadores de comportamento no Brasil, pois nesse período todos alimentavam o sonho de serem astros e estrelas hollywoodianas.

De acordo com Matos (2009 apud Almeida, 1996), na década de 1950 o Brasil passa por um grande processo de modernização, que é iniciado no governo Vargas, com o investimento na indústria de base e nacionalização de setores da economia e tem continuidade no governo de Juscelino Kubitschek.

No entanto, apesar do clima de otimismo e esperança disseminado pela ideia de modernização do país apregoada por JK, que contagiou todos os setores da sociedade, Matos (2009, p. 22) destaca a contradição que o Brasil vivia nesse período por alimentar valores tradicionais ao mesmo tempo em que se modernizava e evoluía no setor social e cultural.

Um bom exemplo dessa mentalidade conservadora da época era a participação da mulher na estrutura social, que ainda ocupava lugares secundários e que era reforçado pela estrutura educacional.

Antes de aprender a ser uma profissional, a mulher era educada para desempenhar a função de mãe e esposa. Até mesmo os concursos de Miss, muito populares na época, buscavam reforçar essa estrutura. Além dos critérios de beleza e etiqueta, também eram analisadas as prendas domésticas das candidatas (MATOS, 2009, p. 22).

Por conta disso, a incorporação do vestuário masculino no guarda-roupa feminino nessa época, em que valores tradicionais imperavam, custou a ser aceita. De acordo com Matos (2009, p. 54 apud Crane 2006, p.257) o uso de calças por mulheres foi apressado pela Segunda Guerra Mundial na Inglaterra. Essa peça recém-incluída no vestuário feminino era utilizada tanto para eventos de lazer como para trabalho. Mas, a princípio, foi aceita apenas pelas mulheres de classe operária durante o período de guerra. As mulheres da classe média só foram adicionar o uso da calça bem mais tarde, na década de 1960, depois de aparecerem na coleção de estilistas franceses.

Ainda conforme Matos (2009), no Brasil, principalmente nas cidades do interior, o uso de calças por mulheres, ou seja, a possibilidade de romper com

os padres existentes, só era possível pelas mulheres de classes mais baixa, onde a busca de vestuário era norteado pela necessidade de um vestuário prático, funcional e durável.

Dessa forma, é possível observar que a roupas e as escolhas de vestuário constituem o que Matos (2009) aponta como campo valioso para analisar as relações entre os discursos marginais e hegemônicos. “Embora as histórias do vestuário elegante deem a impressão de consenso, a moda na verdade envolve um alto grau de debate e controvérsia” (MATOS, 2009, p. 56 apud CRANE, 2006, p. 198).

Já na década de 1960 a moda, pela primeira vez, passa a se concentrar nos adolescentes. Os anos sessenta foram marcados por rupturas às quais evidenciaram a cultura jovem. Vários estilos apareciam tão depressa quanto sumiam, tanto que os fabricantes tinham dificuldade em acompanhar todas essas mudanças e renovar o estoque com a rapidez necessária. Laver(1898) indica que:

As saias eram mais curtas do que havia sido durante o século, mesmo nos dias mais loucos da década de 20; os cabelos eram compridos e soltos. Essa atmosfera de ruptura também ficou evidente nas artes: uma nova energia e inspiração produziram a arte pop, filmes e peças revolucionários em sua crítica social mordaz, novos escritores, um novo estilo literário, novos músicos tocando um novo tipo de música. (LAVÉR, 1898, p.262).

As mudanças nas vestimentas femininas não acabam por aí, pois nessa década foi estabelecida uma nova tendência em que as roupas se tornaram duras e geométricas. Elas eram erotizadas por revelarem em demasiado o corpo. Em meados do século, as minissaias chegam à altura das coxas e o uso de decotes aprofundados e transparência nas blusas passaram a ser muito utilizados. As roupas íntimas também são modificadas para se adaptarem às novas vestimentas, dessa forma, as calcinhas ficaram menores e se transformaram em tangas para serem usadas com as minissaias Saint-tropez.

Na Inglaterra quem se destacou foi a estilista Mary Quant com as versáteis saias de 30 cm de comprimentos que podiam ser usadas com camisetas justas e botas altas. Essas peças ganharam o mundo e viraram um sucesso que ultrapassou as barreiras do tempo e são usadas até a atualidade.

O anseio dos jovens por uma sociedade mais justa e igualitária continua a todo vapor nos anos finais da década de sessenta e mais uma vez as roupas vão exteriorizar esse desejo. Nesse momento, os jeans bordados com aplicações de flores, as calças de algodão boca-de-sino, as camisas com estampas indianas, as saias compridas para as mulheres e as flores pelos cabelos levantam o movimento hippie com seu discurso contestador, principalmente contra a Guerra do Vietnã. De acordo com Braga (2007).

Em 1968, esses jovens, em passeata por Washington contra a guerra colocaram flores nos canos dos revólveres e espingardas dos policiais norte americanos. Verdadeiramente era o “Flower Power” (Poder da Flor), um dos slogans do movimento hippie, além do obviamente famoso e mundialmente difundido “Peace and Love” (Paz e Amor). Outro mote também de extrema importância foi o “Make Love Not War” (Faça Amor, Não Faça Guerra) e sendo assim, os jovens com seus valores, foram se firmando com seus conceitos e suas modas. (BRAGA, 2007, p.90).

A influência hippie permanece na década seguinte, mas a atmosfera de incertezas no início dos anos de 1970 acaba contribuindo para o desenvolvimento de outros dois importantes movimentos sociais: a revitalização da Volta-à-Natureza e o movimento feminista, ambos afetam de forma significativa a moda, assim como o estilo de vida.

Nesse sentido, Laver (1898) assegura que a simplicidade e a consciência de tudo que é natural entram em voga nesse momento. Roupas de tecidos rústicos, saias de lã com batas e blusas grossas de tricô, botas amarradas, anáguas rodadas e meias grossas foram adotadas.

As mulheres buscavam novas carreiras profissionais e lutavam para se afirmarem em ambientes que anteriormente eram consagrados aos homens. Para competirem no mercado de trabalho, as mulheres passaram a dar prioridade para uma moda prática, já que a disputa no mundo do trabalho deixava pouco tempo para que as mesmas se preocupassem em combinar as roupas ou mesmo cuidar delas. Talvez, seja por isso que as roupas femininas para o trabalho nesse período apresentavam cortes deliberadamente masculinos, uma tentativa das mulheres, segundo Laver (1898) ficarem no mesmo nível dos homens.

No final dessa década surgiu um dos fenômenos da moda mais interessantes: o *punk*, essa moda marginal com ideias mais agressivas de denúncia à sociedade num momento em que o desemprego atingia altos índices passa a circular no meio da alta moda, fazendo dessa forma, o caminho inverso do que normalmente acontece. As roupas *punks* consistiam em roupas rasgadas, jaquetas de couro pretas, piercings e muitos detalhes metálicos.

Os anos de 1980 são caracterizados pela democracia da moda, na qual os opostos conviviam em harmonia: simplicidade/extravagância, curto/longo, justo/amplo, colorido/sóbrio, enfim, era uma variedade de grupos marcados com identidades distintas. Foi nesse período que surgiu o conceito de tribos, ou seja, uma “maneira de ser igual entre os diferentes e ao mesmo tempo, diferente entre os iguais de uma outra tribo”, como bem explica Braga (2007, p.100).

No que diz respeito às mulheres, a luta pelo posicionamento no mercado de trabalho continua e assim como na década anterior, os estilos de roupas masculinizadas permanecem como ferramenta de aquisição de equidade entre homens e mulheres no ambiente profissional e a aposta agora são as ombreiras que eram enxertadas até mesmo nos sutiãs para transmitir a impressão de ombros maiores ainda. É como se a mulher da década de 80 quisesse se “ombrear” ao homem.

Se na década de 1980 a identificação com uma tribo era uma forma de manifestar identidade própria, assim como o sentimento de pertencimento e aceitação, nos anos 90 será o contrário, “a falta de identidade passou a ser a identidade”, de acordo com Braga (2007, p.101). Vigorava nesse período a liberdade de estilos em que o indivíduo não possuía mais o comprometimento com apenas uma única forma de se vestir, mas podia experimentar várias formas dependendo da sua própria vontade, ocasião e ambiente.

A chegada do século 21 propõe nos seus primeiros anos, de acordo com Holzmeister (2010, p.57 apud Cruz 2016, p.6), uma valorização nos desfiles, catálogos e ensaios de revista, da alegria e da saúde, personificada nesse caso, pela modelo brasileira Gisele Bündchen, apelidada pelo estilista Alexander McQueen de “the body” (o corpo). A partir do ano de 2010, a moda propõe algo novo, a saber: o questionamento da identidade de gênero. Nesse sentido Cruz (2016) argumenta que:

[...] nas publicações de moda dos últimos anos, diversos editoriais abordam a transgeneralidade, seja pela escolha dos modelos ou pela estética escolhida. Diversas marcas vêm reforçando esse novo ideal de corpo contemporâneo. (CRUZ, 2016, p.6).

Assim, as roupas nos últimos anos têm se destacado por se apresentar de forma fragmentada e plural, buscando evidenciar e enfatizar a questão da imagem ambígua. Posto que diversas discussões ganharam notoriedade após quebra de conceitos tradicionais, a exemplo do casamento entre pessoas do mesmo sexo, a transgeneralidade, dentre outros assuntos são refletidos por meio das roupas. Dessa forma, ao se fazer uma análise mais minuciosa é possível perceber que as vestimentas na atualidade têm sido marcadas pela indefinição, podendo ser usada tanto por homens quanto por mulheres.

3 MEMÓRIA E VIOLÊNCIA: INTOLERÂNCIA SOCIAL ÀS VESTIMENTAS FEMININAS

Apesar de corresponderem aproximadamente a 50% da população mundial, Phillip-Radl (2010) denuncia que as mulheres ainda são privadas de desenvolverem-se livremente como pessoas em muitos países. De acordo com a autora, a elas são negados direitos simples como o direito de ir e vir, como são constrangidas a se vestirem de determinada forma e em algumas sociedades, as mulheres são cerceadas do direito a voz e ao voto, de dirigirem e até mesmo excluídas do acesso à educação e de ganharem seu próprio sustento.

No Brasil, que se propõe a ser um país democrático de direito, a Constituição Federal brasileira, datada do ano de 1988, prevê que homens e mulheres são iguais em direitos e deveres perante a lei. No entanto, na prática observamos que a igualdade assegurada pela Carta Magna, assim como pela legislação infraconstitucional, se transformam em desigualdade, uma vez que os direitos femininos são suprimidos em vários aspectos.

Todavia, a sociedade nem sempre foi fundamentada em estruturas desiguais no que diz respeito a homens e mulheres. De acordo com Saffioti (2004), nas sociedades de caça e coleta cabia aos homens o desempenho da primeira atividade, enquanto que as mulheres se encarregavam da segunda. Dentro desse agrupamento social as mulheres eram responsáveis por mais de 60% da produção de alimentos necessários para o sustento do grupo, uma vez que a coleta era mais certa que a caça, pois um grupo de caçadores poderia voltar com um animal de grande ou médio porte e assim, alimentar a comunidade e poderia voltar sem nada. Assim sendo, “a rigor, a sobrevivência da humanidade, felizmente, variando no tempo e no espaço, com esta divisão sexual do trabalho (não se pode afirmar que todos os povos hajam passado pelo estágio da caça e coleta), foi assegurada pelo trabalho das mulheres” (SAFFIOTI, 2004, p.58).

No entanto, dois fatores históricos são apontados por Saffioti (2004) como fenômenos que contribuíram para uma lenta transição de sociedades igualitárias que existiram no passado, para as atuais e são eles: 1) a produção de excedente econômico, cerca de 11 mil anos atrás e 2) a descoberta de que

o homem era imprescindível para engendrar uma nova vida. A partir de tais conhecimentos, principalmente da participação masculina na antropoprodução⁵ o homem toma para si mais poder, que o permitiu implantar uma estrutura de dominação-exploração das mulheres. Antes desse entendimento, a mulher era considerada um ser poderoso nas sociedades de caça e coleta pela capacidade de reprodução, pois até então se acreditava que não havia participação masculina na concepção.

Assim, a ociosidade masculina tendo em vista que a caça era realizada em média duas vezes na semana, concedeu ao homem bastante tempo para que pensassem mecanismos simbólicos para submeter suas parceiras. Ainda conforme esta socióloga, essa mudança no regime de relações sociais de poder se deu de maneira gradativa graças à resistência das mulheres, exigindo que os machos lutassem por aproximadamente dois milênios e meio para a sua consolidação. Ela acrescenta que:

Se a contagem for realizada a partir do começo do processo de mudança, pode-se dizer que o patriarcado conta com a idade de 5.203-4 anos. Se, todavia, se preferir fazer o cálculo a partir do fim do processo de transformação das relações homem-mulher, a idade desta estrutura hierárquica é de tão-somente 2.603-4 anos. Trata-se a rigor, de um recém-nascido em face da idade da humanidade, estimada entre 250 mil e 300 mil anos. Logo, não se vivem sobrevivências de um patriarcado remoto; ao contrário, o patriarcado é muito jovem e pujante, tendo sucedido às sociedades igualitárias. (SAFFIOTI, 2011, p.60).

A instauração do patriarcado, que nada mais é que o regime de exploração-domação das mulheres pelos homens pode ser considerado a mola propulsora para acentuar as diferenças de modo arbitrário e negativo no que tange às relações sociais existentes entre homens e mulheres. Nesse sentido, o patriarcado pode ser comparado a tentáculos que não se restringe apenas à família, mas atravessa a sociedade como um todo por meio das suas hierarquias e organizações de poder, acentuando as diferenças entre gêneros e disseminando uma cultura que valoriza o macho e em contrapartida

⁵ Antropoprodução consiste na produção de seres humanos, ou seja, na sua reprodução não apenas biológica, mas também social. (SAFFIOTI, 2011, p.59).

menospreza o sujeito mulher, resultando numa normalização dos atos de violência praticados contra a mulher.

3.1 VIOLÊNCIA: UMA REFLEXÃO SOBRE SUA ORIGEM

Desde os tempos mais longínquos podemos perceber a presença da violência nas relações sociais. Pensando nisso, Daudoun (1998), ao explanar sobre a gênese dos seres humanos, se aprofundou no estudo dessa característica que, segundo ele pode ser considerada primordial e porque não dizer, constitutiva da essência humana, de tal maneira que o autor designou o homem de “*Homo Violens*”, definido pelo autor como o ser humano estruturado intrínseca e fundamentalmente pela violência.

Não há dúvidas de que a violência seja o cerne da problemática social da humanidade tendo em vista a sua presença constante nas teias sociais. Dia após dia esse mal cresce a olhos nus, como um câncer agressivo no seio da sociedade e se espalha no tecido social, sempre se reinventando com novas roupagens e métodos diversos. De acordo com Santos (2014), o fenômeno da violência foi culturalmente absorvido, sustentado em valores morais particularizados, a tal ponto que algumas das suas faces se tornaram tão sutis que foram invisibilizadas e naturalizadas aos olhos da grande maioria. Koltai (1999) chama a atenção para as reações afetivas provocadas pelo encontro cotidiano com a violência, que tem sido cada vez mais de medo e angústia, até mesmo de nojo, e cada vez menos de culpa e revolta.

Kaltai (1999), assim como Daudoun (1998) afirma que a violência faz parte da natureza do homem, pois é um aspecto estruturante da humanidade. Para respaldar sua argumentação, Kaltai (1999) recorre à teoria do fundamento social e da cultura inaugurada por Freud. De acordo com essa teoria “[...] a humanidade nasce de um assassinato e o crime é fundador. Logo, não há como a violência não estar no âmago do humano, cada um de nós carregando em si o germe da guerra civil” (KALTAI, 1999, p.77).

Ainda fazendo referência a Freud, a autora menciona a obra “Reflexões para os tempos de guerra e de morte”, de 1915, escrita no período da Primeira Guerra Mundial, em que Freud denuncia a violência inerente à humanidade

desde períodos remotos da sua existência e faz a seguinte constatação: “[...] que o homem, desde que existe, nunca cessou de fazer guerras e de exterminar seu próximo. O homem primitivo, diz ele, levava a morte tão a sério que quando se tratava do estrangeiro inimigo, a morte era bem-vinda e desejava-se provocá-la” (KOLTAL, 1999, p.77).

Apesar da violência sempre ter estado presente em qualquer coletividade e de se constituir de acordo com o pensamento teórico de vários pesquisadores, como um ato fundador, ainda é difícil conceituá-la e categorizá-la, uma vez que a violência é um fenômeno multifacetado que assume expressões e manifestações distintas em diferentes geografias sociais, podendo dessa forma, submeter-se a diferentes interpretações a depender da linha teórica escolhida para refletir. Portanto faz-se necessário apresentar algumas conceituações sobre a violência.

De acordo com Doudoun (1998), etimologicamente a palavra violência vem do latim *vis* que, por conseguinte significa “violência”, mas não apenas isso, também pode ser traduzido por “força”, “vigor”, “potência”, mas para ser mais preciso, designa “emprego da força”, “vias de fato”, assim como “força das armas”. Além disso, *vis* também serve para qualificar o “caráter essencial” de um ser, o que corrobora para a hipótese de Doudoun da violência como essência do homem.

Grossi (1998) traz um conceito de violência no qual faz a distinção deste com agressão que são comumente considerados como sinônimos. De acordo com a autora, violência “[...] é uma agressão que aniquila o indivíduo que a sofre, paralisando-o e impedindo-o de reagir”, enquanto que a agressão, propriamente dita, permite a retaliação, uma vez que a vítima pode responder à agressão que sofreu (GROSSI, 1998, p.297).

Historicamente, as mulheres têm sistematicamente sido vítimas de violências praticadas pelo homem. Segundo a pesquisadora e socióloga Cunha (2007), em concordância com Saffioti (2004), isso ocorre por causa da sociedade que legitima o poder do homem que constantemente precisa se afirmar como o sexo forte, o sexo poderoso. Nesse sentido, Saffioti (2004) afirma que a violência exercida por homens contra as mulheres é socialmente tolerada, simplesmente por se tratar de condutas praticadas por homens. Segundo ela:

Com relação à mulher a sociedade revela muito menor ou nenhuma complacência. Isto equivale a dizer que o inimigo da mulher não é propriamente o homem, mas a organização social de gênero cotidianamente alimentada não apenas por homens, mas também por mulheres. (SAFFIOTI, 2004, p.37).

Esta configuração social se justifica pelo fato de a mulher ser politicamente, culturalmente e em alguns casos, economicamente subordinada ao homem em consequência de uma sociedade constituída sob uma visão androcêntrica e machista que é constantemente ratificada pelas práticas por ela mesma determinada, que concede todo poder ao macho. Posto isso, Bourdieu (1999) adverte que dessa forma a dominação masculina encontra condições para seu pleno exercício. E acrescenta que:

A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os *habitus*: moldados por tais condições, portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos, que sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais. [...] E as próprias mulheres aplicam toda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se vêm envolvidas, esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundamentais simbólicas. (BOURDIEU, 1999, p.58).

À vista disso, a dominação masculina é imposta socialmente por meio de mecanismos coercitivos que podem ser tanto de forma direta e agressiva como discreta, a exemplo das reproduções do senso comum culturalmente sustentado pela memória coletiva.

E é nessa sociedade, sustentada pelas relações desiguais de poder, que as disfunções sociais relacionadas à violência encontram nutrientes para se fixarem e criarem raízes. E dessa forma, cresce um enumerado tipológico de violência que afeta em maior ou menor grau as minorias, dentre estas as mulheres, que embora sejam em número quantitativamente correspondente aos homens integram o grupo das minorias, pois estão em desvantagem social

por pertencerem ao subgrupo social subordinado, assim como negros e homossexuais.

É interessante ressaltar que a violência contra a mulher é parte de uma modalidade mais ampla de violência, a saber: a violência de gênero, que abarca outros tipos de violência, dentre as quais a violência doméstica, a violência intrafamiliar e a violência contra a mulher, tipo sobre o qual estamos nos debruçando nesta pesquisa. Para maior esclarecimento sobre a violência praticada contra as mulheres nas várias esferas sociais cabe apresentarmos algumas definições teóricas.

3.1.1 Definindo Gênero

É a partir da década de 1980 que é introduzido o conceito de gênero enquanto construção social das identidades de homens e mulheres, bem como dos seus respectivos papéis e funções sociais. Radl-Philipp (2010), ao explicar o processo de surgimento do conceito de gênero, expõe as diferenças entre este termo e o conceito de sexo e as suas relações, porquanto, nas décadas precedentes os debates giravam em torno da classificação biológica-corporal do sujeito. Desse modo, pesquisadores do campo das terapias médico-psicológicas observaram que a auto concepção do sujeito quanto à sua identidade não tinha relação com sua classificação biológica corporal então propuseram dissociar gênero de sexo, ou seja, a distinção entre o biológico e o cultural. Assim, Radl-Philipp (2010) esclarece que:

Sem dúvidas, há uma base biológica-fisiológica clara e bem definida das diferenças que permanecem certamente com o tempo. Porém, destacamos que nas condutas efetivas de mulheres e homens, a parte os aspectos propriamente individuais, intervêm de modo explícito elementos culturais e sociais historicamente concretos. (RADL-PHILLIP, 2010, p.2).

É justamente por isso que a separação entre estes conceitos se faz tão necessária, como explica a autora ao dizer que:

[...] as diferenças de gênero emergem das participações, experiências e vivências sociais ativas dos sujeitos com

base nas diferenças sexuais que, a partir de um ponto de vista sociológico, incluem as experiências sociais, culturais e psicológicas desse sujeito. (RADL-PHILIPP, 2010, p.2).

Já na percepção de Lauretis (1994) discutir a diferença de gênero, tendo em vista apenas a perspectiva sexual resulta em uma série de limitações. De acordo com a autora, pode-se começar a pensar o gênero a partir do pensamento teórico foucaultiano, que vê a sexualidade como uma “tecnologia sexual”, nesse sentido, o gênero como representação, bem como auto representação é efeito de diferentes tecnologias sociais, a exemplo das mídias, dos discursos, epistemologias e práticas críticas institucionalizadas e do cotidiano.

Nesse sentido, Lauretis (1994) faz importantes contribuições para os estudos feministas possibilitando dessa forma, novas reflexões sobre as personificações do feminino e do masculino, pois ao contrário de Foucault, a autora leva em consideração os apelos diferenciados dos sujeitos masculino e feminino e os investimentos conflitantes de homens e mulheres nos discursos e nas práticas da sexualidade e as expõe em uma teoria alicerçada em quatro proposições, segundo a qual:

1. Gênero é uma representação, o que não significa que não tenha implicações concretas ou reais, tanto sociais quanto subjetivas na vida material das pessoas;
2. A representação do gênero é a sua construção, e num sentido mais comum pode-se dizer que toda arte e cultura erudita ocidental são um registro da história dessa construção;
3. A construção do gênero vem se efetuando hoje no mesmo ritmo que no passado, ela continua a ocorrer na mídia, nas instituições de educação, nas mais diversas configurações familiares, nas manifestações culturais de vanguarda e até mesmo dentro do próprio feminismo;
4. A construção do gênero também se faz por meio da sua desconstrução, quer dizer em qualquer discurso, feminista ou não, que veja o gênero apenas como uma representação ideológica falsa. O gênero como o real é não apenas o efeito da representação, mas também o seu excesso, aquilo que permanece fora do discurso como um trauma em potencial

que, se/quando não contido, pode romper ou desestabilizar qualquer representação.

Dessa forma, como salienta Cunha (2007, p.33), o quadro teórico de Lauretis aponta o conceito de gênero como um fenômeno ou um conjunto de fenômenos que expressa um padrão específico de relações entre homens e mulheres, mulheres e mulheres, e homens e homens, que na maior parte das vezes são marcadas por desigualdades construídas pela própria sociedade. Assim, podemos dizer que o gênero possui natureza instável e modificável de acordo com as “necessidades” e contexto histórico de cada sociedade em particular.

Por esse ponto de vista podemos entender que as questões de gênero estão diretamente associadas às relações de poder estabelecidas hierarquicamente a partir do sexo biológico, da raça e da situação socioeconômica. Como argumenta Lauretis (1994), “embora os signos possam variar de uma cultura para outra, qualquer sistema de sexo-gênero está sempre intimamente interligado a fatores políticos e econômicos em cada sociedade” (LAURETIS, 1994, p.211).

No que diz respeito às relações entre homens e mulheres, Saffioti (2004) esclarece que as relações de gênero por si só não explicam as desigualdades e acrescenta que muitas vezes, a hierarquia é presumida. Isto posto, a violência de gênero pode ser perpetrada por homens contra as mulheres, assim como o inverso e também pode ser praticada por homens contra homens e mulheres contra mulheres, depreendendo nas diversas possibilidades. No entanto, embora a violência resultante da dominação masculina possa atingir outros grupos, indubitavelmente, as mulheres são o principal alvo.

3.1.2 Violência de Gênero

Comumente, a literatura que trata de temas relacionados à violência de gênero tem o utilizado, como sinônimo para violência contra mulher, excepcionalmente, fazendo as ressalvas conceituais apropriadas. Assim, para melhor entendimento da problemática relacionada às relações de gênero, cumpre-nos fazer as devidas observações.

A violência de gênero é um conceito vasto e engloba não apenas violência contra mulher, mas também contra crianças, adolescentes e idosos de ambos os sexos. Dessa maneira podemos entender a violência de gênero como um importante mecanismo de poder, em que o homem adulto branco e rico ocupa o topo da hierarquia de poder. Para explicar esse processo Saffioti (1997, p.41) teoriza a respeito de um eixo hierárquico, construído a partir de várias gramáticas sociais, um conjunto de regras que determinam o comportamento de todos os agentes sociais, a saber: homens e mulheres, brancos e negros, ricos e pobres, crianças, adultos e velhos, entre outras possibilidades. As três gramáticas principais trabalhadas pela autora são:

1. A gramática sexual ou de gênero, que regula as relações entre homens e mulheres, as relações entre homens e as relações entre as mulheres, especificando as condutas socialmente aceitáveis quanto ao sexo;
2. A de raça/etnia, que define as relações, por exemplo, entre brancos e negros, determinando que estes obedeçam àqueles;
3. A de classe social, cujas leis exigem comportamentos distintos dos pobres e dos ricos, que para se manterem no poder precisam dominar/explorar os pobres. O processo de dominação/exploração faz parte integrante da divisão da sociedade em classes.

Assim sendo, na ordem hierárquica integrada por estas escalas de poder explicadas por Saffioti (1997), o homem branco e rico ocupa o topo da estrutura hierárquica de poder; em seguida o homem negro sem muito poder econômico e/ou a mulher branca economicamente remediada, mas essas duas categorias não possuem posição fixa, uma vez que podem mudar de lugar na estrutura hierárquica a depender das circunstâncias; logo abaixo estão as mulheres negras e pobres e não podemos esquecer as crianças, adolescentes e pessoas idosas que devem obediência aos adultos. As pessoas menores de idades e os idosos fazem parte da chamada gramática secundária, posto que a sociedade confere poder ao adulto em suas relações com estes.

No entanto, a hierarquia de gênero não garante que os seus presumidos subordinados obedeçam a essa ordem, sendo necessário que aquele que detenha o poder faça o uso da violência para garanti-la. Nesse sentido, Saffioti (1995) afirma que:

[...] as violências de gênero e as de raça/etnia inscrevem-se no nível molar tanto quanto a violência de classe [...]. Isto significa que as normas sociais que regulam a convivência de homens e mulheres, de brancos e negros e de ricos e pobres contêm violência. Assim, a mera obediência às regras sociais conduz à violência de gênero, de raça/etnia, de classe (Monso e Smigay, 1989). Este constitui mais um forte elemento para corroborar a afirmação de que a violência de gênero é estrutural. (SAFFIOTI, 1995, p.30).

E a autora complementa, afirmando que:

O gênero constitui uma verdadeira gramática sexual, normatizando condutas masculinas e femininas. Concretamente, na vida cotidiana, são os homens, nesta ordem social androcêntrica, os que fixam os limites da atuação das mulheres e determinam as regras do jogo pela sua disputa. Até mesmo as relações mulher-mulher são normatizadas pela falocracia. E a violência faz parte integrante da normatização, pois constitui importante componente de controle social. Nestes termos, a violência masculina contra a mulher inscreve-se nas vísceras da sociedade com supremacia masculina. Disto resulta uma maior facilidade de sua naturalização, outro processo violento, porque manietta a vítima e dissemina a legitimação social da violência. (SAFFIOTI, 1995, p.32).

3.1.3 Violência Contra a Mulher

De acordo com Saffioti e Souza (1995), a violência cometida por homens contra as mulheres está presente em todas as sociedades que tem por fundamento manifestações falocêntricas, dessa forma, “como todas o são, em maior ou menor medida, verifica-se a onipresença deste fenômeno” (SAFFIOTI e SOUZA, 1995, p.4). Algo relevante a ser destacado é que a violência praticada por homens contra mulheres é extensamente tolerada pela sociedade. Para Saffioti (1995), isso ocorre porque a organização social de gênero é cotidianamente alimentada não apenas por homens, mas também pelas mulheres.

A Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres, emitida pela Assembleia Geral da ONU em 1993, define a violência contra as mulheres como “qualquer ato de violência baseado no gênero do qual resulte, ou possa resultar, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para as

mulheres, incluindo as ameaças de tais atos, a coação ou a privação arbitrária de liberdade, que ocorra, quer na vida pública, quer na vida privada”.

A violência praticada contra as mulheres, talvez seja uma das violações aos direitos humanos mais nocivas e mais democráticas, uma vez que não possui limites geográficos ou sociais e ocorre em todas ou quase todas as sociedades, em todos os estratos sociais, e também é a menos reconhecida, visto que é legitimada pela própria sociedade, como bem explica Almeida (1998):

É, contudo, uma forma de tortura/violência peculiar, posto que ocorre em qualquer conjuntura política, ainda que fomentada por um conjunto de relações sociais antagônicas. É, simultaneamente, recusada pela sociedade à medida que o nível de tolerância social em relação a esta forma de violência vai se reduzindo e legitimada pela mesma, à proporção que o conjunto de relações sociais que determina um lugar subordinado para a mulher não sofre mudanças substantivas. (ALMEIDA, 1998, p.3).

Saffioti (2002) explica tal legitimação ao esclarecer que a sociedade só pune a violência cometida por homens contra mulheres quando a agressão ultrapassa os limites socialmente aceitáveis de dominação-exploração que garante a continuação do caráter androcêntrico da ordem de gênero em vigência. “Isso representa uma autorização do poder constituído para que os homens espanquem sem provocar graves lesões, da mesma forma como podem ter seus desejos sexuais satisfeitos cometendo ameaças, mas não violências, enfim, fazendo-se obedecer sem deixar marcas profundas” (SAFFIOTI, 2002, p.326).

Apesar dos estudos e investigações do feminismo, da sociologia, da antropologia, da saúde pública, dentre outros campos do conhecimento mostrarem que não existe uma explicação substancial que elucide o fenômeno da violência contra a mulher, o que de fato é possível perceber é a existência de uma série de conjunções sociais específicas que sustentam as desigualdades de gênero.

Por muito tempo as questões relacionadas à violência contra a mulher foram tratadas como construções sociais e naturais, assim como foram desconsiderados seus direitos de cidadãs e por isso, levados à invisibilidade.

Graças ao trabalho desenvolvido pelo movimento feminista e de mulheres e organizações sociais, tais temas foram trazidos à luz e ganharam evidência nos últimos anos.

Há mais de dois mil anos as mulheres vêm lutando para serem reconhecidas como cidadãs e ao longo desse tempo, mesmo quando conseguiram a legitimação e reconhecimento de alguns dos seus direitos pela legislação dos seus países, ainda assim, por conta do sistema patriarcal enraizado nas sociedades, alguns desses direitos são negados, negligenciados, e as mulheres são impedidas por convenções sociais de exercê-los ainda hoje.

De acordo com Radl-Philipp (2010):

O movimento feminista moderno, após ter conseguido a aplicação dos princípios do direito à situação jurídica das mulheres, particularmente no contexto europeu e americano, tem conseguido, dentro de alguns órgãos oficiais internacionais, sensibilizar um grande número de pessoas em relação aos direitos das mulheres, como é o caso das Nações Unidas. (RADL-PHILIPP, 2010, p.7).

No último quarto de século foram realizadas quatro conferências mundiais convocadas pelas Nações Unidas em que a temática girou em torno da garantia e efetividade dos direitos concernentes às mulheres.

A primeira Conferência foi realizada no México coincidindo com o Ano Internacional da Mulher, em 1975. Essa conferência teve como principal ponto de discussão a mudança na forma de percepção da mulher, que anteriormente era vista como sujeito passivo, receptora de apoio e assistência e passou a ser vista como sujeito em pé de igualdade com os homens, com os mesmos direitos de acesso aos recursos e oportunidades, bem como sujeito ativo no processo de desenvolvimento social e fundamental em relação ao homem e à sociedade.

A segunda Conferência Mundial sobre as Mulheres ocorreu em 1980, em Copenhague que contou com a participação de representantes de 145 países. O objetivo desse encontro foi examinar e avaliar o plano de ação mundial da primeira Conferência, sobre a qual concluíram que o governo e as comunidades internacionais haviam conseguido alcançar as metas estabelecidas no México. No entanto, apesar do progresso satisfatório foi

constatado na conferência de Copenhague que as mulheres não dispunham de oportunidades para exercer os direitos garantidos, portanto, foram estabelecidas três medidas para reverter este quadro: igualdade de acesso à educação; igualdade nas oportunidades de emprego e serviços adequados de atenção à saúde.

Mais adiante, em 1985, Nairobi recebe a terceira Conferência com o tema central “Estratégias Orientadas ao Futuro para o Desenvolvimento da Mulher até o Ano 2000”. Nessa Conferência foram observadas três medidas necessárias no sentido de superar obstáculos para alcançar os objetivos traçados para o decênio para todas as mulheres, a saber: medidas constitucionais e jurídicas; medidas referentes à igualdade na participação social e medidas em relação à igualdade na participação política e na tomada de decisões.

Porém foi em Beijing, quando da realização da quarta Conferência, em 1995, que foi dado início a um novo paradigma na luta pela igualdade de gênero. De acordo com Radl-Philipp (2010):

A transformação fundamental que se produziu em Beijing foi a adoção do *enfoque de gênero*, reconhecendo assim, que toda a estrutura da sociedade e todas as relações entre homens e mulheres no interior dessa estrutura teriam de ser reavaliadas a partir dessa categoria de gênero. [...] Esta mudança reafirmou que os direitos das mulheres em direitos humanos e de que a igualdade entre os gêneros era uma questão de interesse universal e de que a igualdade de benefícios é para todos. (RADL-PHILIPP, 2010, p.8-9).

No entanto, o que podemos observar é que mesmo as ações empreendidas tanto no âmbito internacional quanto nacional não têm conseguido expressar uma transformação de fato, que diz respeito à igualdade de gênero, uma vez que para isso é necessário o comprometimento de todas as pessoas que formam a sociedade. E enquanto isso não acontece não podemos dizer que as mulheres são participantes dos direitos humanos de forma integral.

Nesse sentido, Radl-Philipp (2010) argumenta que só uma nova educação assentada em um a priori universal vai permitir o relacionamento entre os gêneros de forma mais simétrica e a consequência disso é a auto

realização das mulheres e também dos homens como portadores de direitos inalienáveis, inerente à própria condição humana.

Essa é a razão que leva milhares de militantes feministas a continuarem lutando em busca de mais igualdade entre os gêneros. As novas feministas possuem ferramentas diferentes para reivindicar os direitos das mulheres. Atualmente, o principal meio de militância são as redes sociais, além disso, o próprio corpo feminino é incorporado como instrumento de protesto. Por conta dessas especificidades, alguns especialistas descrevem esse fenômeno como a quarta onda do feminismo. Até mesmo a nomenclatura está passando por modificações de “Feminismo” para “Feminismos” no plural, pois ao invés de formar um movimento único, como no passado, as novas feministas possuem vários grupos distintos. Mas apesar das diferenças entre os grupos feministas uma causa une a todas: o direito da mulher se vestir como quiser sem ser julgada, criticada e até mesmo vítima de violência moral ou sexual por causa disso, visto que a roupa transmite uma série de significâncias, dentre elas a representação de poder, uma vez que a liberdade de escolha em relação ao que vestir, talvez seja uma das formas mais emblemáticas de ilustração das conquistas emancipatórias femininas.

3.2 RELAÇÕES DE PODER E VIOLÊNCIA: O DISCURSO FOUCAULTIANO

De acordo com Braga (2005, p.225), quando escolhemos uma roupa para sair de casa estamos optando por mais que conforto ou praticidade. Segundo o autor, a roupa nos define e comunica ao outro quem somos, o que queremos, o que pensamos e até mesmo o que/ou quem gostaríamos de ser. Para ele, a roupa é “algo que expressa a forma como o mundo nos vê e a forma como vemos o mundo”. Cidreira (2005) segue a mesma linha de raciocínio, para a autora o ato de se vestir vai além de simplesmente cobrir o corpo, esclarecendo que estamos tão acostumados a tal ato que “sequer damos muita atenção ao que o vestuário nos impõe e propicia” (CIDREIRA, 2005, p.13).

A roupa masculina, por exemplo, sempre foi usada como meio para afirmação pessoal. Souza (1987) afirma que até o século XVIII as vestimentas masculinas possuíam ornamentações tão exageradas quanto os trajes

femininos, cheio de rendas e plumas. No entanto, a partir do século seguinte o homem renúncia os elementos decorativos excessivos e adere a outras formas sutis de afirmação social e prestígio, “fixados agora na exploração da estética do rosto e no domínio de certas insígnias de poder e erotismo, como os chapéus, as bengalas, os charutos e as joias” (SOUZA, 1987, p.75). Ainda segundo a autora:

Em resumo: a renúncia aos elementos decorativos que se expressavam tradicionalmente na vestimenta masculina foi no século XIX, compensada por outras formas de narcisismo, como a decoração do rosto, o apego aos símbolos fálicos e o derivativo da elegância. (SOUZA, 1987, p.80).

Todavia, a que se deve o abandono do grupo masculino ao adorno, substituindo-o por símbolos de dignidade e competência? Souza (1987) explica que esse desinteresse pelas vestimentas ocorreu devido à mudança profunda no curso da história, em que vestimentas deixaram de ter importância excessiva na competição social.

Laver (1989) destaca que a metade do século XIX foi o ponto mais alto da dominação masculina e acrescenta que em tais períodos patriarcais as roupas dos dois sexos são tão distintas quanto possível a ponto de “um visitante de Marte contemplando um homem de casaco e cartola e uma mulher de crinolina poderia muito bem supor que pertenciam a espécies diferentes”. (LAVÉR, 1989, p.184).

Já as mulheres mergulhavam cada vez mais no mudo de plumas, rendas e joias, porque de acordo com Souza (1987):

Se ainda hoje, depois de mais de um século de conquistas femininas, a mulher ainda se move como estranha num mundo feito pelos homens e em contradição com a sua índole, naquela época era na verdade, a prisioneira submissa de um universo, que incomunicável não suspeitava o fluir de sua alma subterrânea. (SOUZA, 1987, p.99).

Portanto, a maioria das mulheres ficou relegada ao ócio e impedida de acessar outros meios de realização, a exemplo da arte, literatura, ciências, profissões que eram até então, permitidas quase que exclusivamente ao homem. “Abandonada a si mesma, a mulher aplicou aquela curiosidade

desassossegada de se encontrar, que o ócio acentuava, no interesse pela moda” (SOUZA, 1987, p.99).

Nesse contexto percebemos e entendemos a roupa como um componente que transmite informações sobre aquele que a utiliza. Nesse sentido, Campos e Cidreira (2018) fornecem importantes contribuições para nos auxiliar a compreender a roupa como potência discursiva nas relações de poder estabelecidas nos campos sociais a partir dos discursos propostos por Foucault em seu texto “A ordem do discurso”, resultado de uma conferência no Collège de France, datada de dois de dezembro de 1970.

Foucault (1996) discorre neste texto a respeito dos procedimentos de exclusão, bem como de interdições presentes nas sociedades por meio do discurso, uma vez que o discurso exerce poderes e fundamenta desejos.

Nesse sentido, quando Foucault (1996, p.11) trata dos princípios de exclusão e apresenta seu conceito de separação e rejeição como oposição, razão e loucura, o autor explica que o discurso proferido pelo louco era logo excluído ou rejeitado, uma vez que “era através de suas palavras que se reconhecia a loucura do louco, elas eram o lugar onde se exercia a separação”. A partir desse princípio, Campos e Cidreira (2018) fazem uma reflexão sobre a possibilidade do poder ser exercido no modo como nos adornamos e propõe que a roupa pode ser usada como “um instrumento que desvela a separação entre os gêneros e reafirma o lugar das performances dissidentes da sexualidade e do gênero e lhe impõem um lugar de subjetivação” (CAMPOS; CIDREIRA, 2018,p.4).

A partir desse ponto de vista constatamos que as roupas estão restritas a um conjunto de regras e leis que possibilitam uma espécie de regularidade, quando isso não ocorre e a roupa é usada de uma forma diversa do que é socialmente imposto é gerado um estranhamento. Por exemplo, quando a mulher não se veste de acordo com os padrões morais e interdições socialmente estabelecidos, elas são logo criticadas como “oferecidas” dentre outros adjetivos ofensivos, pois a nudez seja ela total ou parcial não é admitida em nossa sociedade.

Portanto, Foucault (1996) aponta que a “vontade de verdade, assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional, tende a exercer sobre os outros discursos uma espécie de pressão e como um poder de

coerção” (FOUCAULT, 1996, p.18). Essa coerção busca a partir de sistemas consolidados e socialmente estabelecidos como verdadeiro meio para se apoiar com o objetivo de naturalizar algumas questões e depreciar outras.

Ampliando esse entendimento à discussão sobre as vestimentas, Campos e Cidreira (2018) chama a atenção para a disposição que a roupa tem de mostrar sua “capacidade afetiva de relações com os paralelos cerceados pelos dispositivos reguladores do poder” (CAMPOS; CIDREIRA, 2018, p.4). Nisso podemos entender o funcionamento das práticas discursivas ligadas à roupa, as quais abrangem as questões que revelam o saber e poder concomitantemente.

4 O DISCURSO MORALIZANTE EM TORNO DA ROUPA FEMININA

Friedrich Nietzsche é considerado o filósofo da dúvida, uma vez que sempre colocava em suspeita as crenças, conceitos e preconceitos estabelecidos. Até mesmo suas próprias convicções eram postas em dúvida por ele mesmo. Por esta razão, ainda muito cedo o filósofo inquietou-se sobre a procedência dos preconceitos morais e levado por sua vontade própria de conhecimento, buscou a origem dos valores morais estabelecidos como bom e ruim, bem e mal.

Em sua caminhada em busca de respostas, o filósofo se deparou com a moral útil, o que isso quer dizer? Nietzsche (1999) verificou que os genealogistas da moral chegaram à conclusão que o bom deriva do louvor às ações não egoístas por aqueles que assim procediam e a quem eram úteis e que de tanto serem repetidas foram introjetadas como algo bom. Este raciocínio aponta que os bons, isto é os nobres, poderosos, superiores em posição e pensamentos, definiam a si mesmos e aos atos que praticavam como bons, em oposição a tudo que era contrário a isso, ou seja, de pensamento baixo, vulgar e plebeu. Dessa forma, segundo Nietzsche (1999, p.6), os nobres "tomaram para si o direito de criar valores, cunhar nomes para os valores que lhes importava a utilidade".

Nesse seguimento, assim como os valores morais constituídos em torno do bem e mal, bom e ruim foram construídos por aqueles a quem interessava e era útil a moralidade, aqui compreendida como pudor, decência e recato, representados pelo comportamento feminino, especialmente, por meio das vestimentas. Esses valores também foram estabelecidos por aqueles a quem isso interessava, a saber, o patriarcado.

De acordo com Saffioti (2004), patriarcado é um caso próprio de relações de gênero, às quais são estabelecidas de forma hierárquica e desigual. Esta forma de relação admite a dominação e a exploração das mulheres pelo homem. A autora acrescenta que o patriarcado possui uma estrutura de poder fundamentado na ideologia e na violência.

Nesse sentido podemos verificar que a roupa feminina foi e ainda é utilizada pela lógica patriarcal como um instrumento para estabelecer

mecanismos de coerção e dominação da mulher, uma vez que a roupa é operada em muitas sociedades, como a maneira de representação do comportamento moral da mulher.

Para Nietzsche (2002), “a moralidade não é outra coisa senão a obediência aos costumes sejam eles quais forem, ora os costumes são a maneira tradicional de agir e de avaliar” (NIETZSCHE, 2002, p.25).

Para o filósofo alemão ponderar acerca da moralidade era uma questão imprescindível, tanto que é possível observar reflexões sobre tal conteúdo ao longo de suas obras, como a *Genealogia da Moral* (1999); *Aurora: reflexões sobre os preconceitos morais* (2002); *Humano, demasiado humano* (2004), dentre outras obras que reforçam o compromisso do autor em refletir e compreender a moralidade, suas causas e reflexos na sociedade humana.

Tomando por base a moral e os costumes analisados pelo filósofo em *Aurora* (2002), para Nietzsche, a moralidade é uma espécie de subordinação às tradições consolidadas pela prática e por isso, os indivíduos acabam por sujeitarem-se a ela, sendo assim, designados como bons. Assim, o indivíduo é “denominado bom porque é bom ‘para algo’; mas, como na mudança dos costumes, a benevolência, a compaixão e similares sempre foram sentidos como ‘bons para algo’, como úteis agora, sobretudo o benevolente, o prestativo é chamado de ‘bom’” (NIETZSCHE, 2002, p.73, §96).

Em contrapartida, o autor salienta que mau é ser imoral, ou seja, ofender as tradições. Em virtude disso, “‘egoísta’ e ‘altruísta’ não é a oposição fundamental que levou os homens à diferenciação entre moral e imoral, bom e mau, mas sim estar ligado a uma tradição, uma lei, ou desligar-se dela” (NIETZSCHE, 2002 p.73, §96).

Dessa maneira podemos perceber que os valores alcunhados para a noção de bom e mau advêm de determinadas estruturas de significação enraizadas em tradições fortalecidas em sustentações sociais formadas pelos costumes e tradições.

Nietzsche (1999) chama a atenção que é o fato de que “algumas ideias devem se tornar indelévels, onipresentes, inesquecíveis, ‘fixas’, para que todo o sistema nervoso e intelectual seja hipnotizado por essas ‘ideias fixas’” e acrescenta que, “quanto pior ‘de memória’ a humanidade, tanto mais terrível o aspecto de seus costumes” (NIETZSCHE, 1999, p.20).

Ou seja, assim como é afirmado por Nietzsche em *Humano, demasiado humano* (2002), que “toda tradição se torna mais respeitável à medida que fica mais distante a sua origem, quanto mais esquecida for esta, o respeito que lhe é tributado aumenta a cada geração, a tradição se torna enfim sagrada, despertando temor e veneração” (NIETZSCHE, 2002, p.73, §96).

Por estas razões muitas vezes óbvias e ao mesmo tempo misteriosas, a nossa sociedade lida com a nudez como se fosse um tabu, um interdito, algo moralmente ameaçador e de força simbólica subversiva. Dessa maneira, a nudez pode ser interpretada como algo poderoso, tanto que militantes feministas da atualidade têm utilizado desse artifício para quebrar essas barreiras que foram construídas histórica e culturalmente em torno da nudez feminina usando-a como meios de protesto.

4.1 A REPRESSÃO À SEXUALIDADE E AO CORPO FEMININO

Em vários momentos da história e em diferentes culturas é possível perceber a necessidade social de instrumentalizar ferramentas de controle dos indivíduos que incidem, principalmente, em seus corpos. No que se refere às mulheres o controle social se dá de maneira mais pertinente em relação aos seus corpos e à sua sexualidade como meio de controlar, censurar e castrar as mesmas. Para isso, em certas ocasiões, o Estado, médicos e até mesmo juristas utilizaram das suas prerrogativas sociais para disseminar ideologias da inferioridade feminina e em contrapartida de uma superioridade masculina.

O controle do corpo e da sexualidade feminina foi sempre justificado pela propagação da ideia de ser a mulher um sujeito hiperssexualizado, de desejo desregrado e compulsivo e por conta disso, ela necessitava ser disciplinada e controlada.

De acordo com Nunes (2000, p.12), o controle e a dominação da mulher podem ser divididos em três momentos históricos. A antiguidade é definida como o primeiro desses momentos, no qual a sociedade é influenciada pelo pensamento aristotélico. Para Aristóteles, a diferença entre homens e mulheres não estava relacionada aos seus órgãos sexuais, mas sim na diferença de calor entre ambos. Dessa maneira, apenas o pai era responsável pela geração

do feto, pois somente ele teria o calor vital necessário para conceber uma nova vida, enquanto a mulher seria fria, portanto, incapaz de fornecer vida a um novo ser. A função da mulher era apenas gerar a semente vinda do homem.

Ainda em conformidade com Nunes (2000), o segundo momento surge com os estudos de Galeno, que considerava que os órgãos genitais masculinos e femininos não eram essencialmente diferentes, entretanto, na mulher o órgão genital estava na parte interna do corpo, ou seja, para Galeno a mulher possuía um pênis invertido, enquanto que a genital masculina estava na parte externa. É interessante ressaltar que Galeno compartilhava dos pensamentos de Aristóteles a respeito da diferença do calor corporal entre homem e mulher, sustentando dessa forma, o pensamento da perfeição masculina, ao passo que “a mulher seria a representante inferior de um sexo cujo potencial máximo de realização só era elencado ao corpo masculino. A mulher seria, portanto, um homem com algo ‘a menos’” (NUNES, 2000, p.32).

O terceiro momento, segundo Nunes (2000) está inserido em um contexto de mudanças e transformações sociais, políticas e econômicas influenciadas principalmente, por Rousseau e outros filósofos do Iluminismo. Nesse momento surge a necessidade de justificar a exclusão da mulher do espaço público e confiná-la ao espaço privado e doméstico, bem como defender a desigualdade hierárquica de gênero. Nesse sentido, o argumento utilizado para amparar tais alegações foi a diferença biológica natural entre os sexos. De acordo com o pensamento defendido por Rousseau, a mulher não era inferior ao homem, ao contrário, sua característica biológica e moral eram perfeitamente condizentes para as suas funções maternas e domésticas, enquanto que o homem era perfeitamente apto para a vida pública, trabalho e atividades intelectuais.

Como foi possível admitir tais pensamentos em um momento histórico em que os ideais liberais estavam em evidência com grande robustez? De acordo com Nunes (2000), isso é explicado pela defesa de que o controle e a domesticação do corpo e da sexualidade da mulher não eram de uma imposição social, mas da própria natureza. A isso é acrescentado o pensamento de que o corpo e a sexualidade feminina representavam um perigo para a sociedade como um todo.

Sobre essa questão, Nunes (2000) explica que:

Durante todo o século XIX, quando tentam fixar a mulher no casamento e na esfera doméstica, os discursos médicos constroem uma dupla imagem feminina. De um lado, colocam a mulher como um ser frágil, sensível e dependente, construindo um modelo de mulher passiva e assexuada; por outro, verifica-se o surgimento de uma representação de mulher como portadora de uma organização física e moral facilmente degenerável, dotada de um 'excesso' sexual a ser constantemente controlado. Nessa perspectiva procura-se patologizar qualquer comportamento feminino que não correspondesse ao ideal de esposa e mãe, tratando-o como 'antinatural' e 'antissocial'. (NUNES, 2000, p.12).

Dessa forma podemos observar como os discursos construídos em diferentes épocas, comunicados por diferentes áreas da estrutura social serviram como mecanismo para controle do corpo e da sexualidade da mulher por meio de associações da mulher, ora com a figura de santidade, relacionando a mulher com a maternidade e aproveitando-a como dona de casa, ora demonizando-a como forma de repressão da sexualidade feminina. É nessa perspectiva que ao longo dos anos as mulheres têm buscado ressignificar o próprio corpo para desconstruir essas ideias criadas pelos segmentos conservadores e machistas da sociedade e assim transformar o corpo em instrumento de expressão de liberdade sexual e de igualdade entre gêneros, formulando-o em instrumento político.

4.2 O Corpo e as Vestimentas Femininas como Forma de Protesto

Para Macluhan (2005), a roupa é encarada como uma extensão da pele, uma vez que pode ser vista como uma espécie de mecanismo para o controle térmico do corpo, bem como um meio de definição do ser social. Além disso, a roupa também pode ser usada como forma de expressar a individualidade do sujeito, pois é a primeira camada do corpo a ser vista pelo outro. Por essa razão, em muitos momentos a roupa foi utilizada como elemento de protesto.

A realização da 75ª edição do Globo de Ouro, por exemplo, que celebra os melhores da TV e do cinema norte-americano foi marcada por protestos contra o assédio sexual e a discriminação entre gêneros em Hollywood e em

todo o país. Nessa ocasião foram usadas roupas de cores pretas como afirmação de um posicionamento político e ideológico, como meio de denúncia e resistência entre as atrizes. Esse fato indica que a roupa possui um poder em sua utilização, quer seja de forma consciente ou não, como instrumento de manifestação política.

Nesse sentido é interessante ressaltar um debate contemporâneo a respeito do feminino e do espaço público segundo o qual, em muitos contextos a credibilidade da mulher é manifestada a partir de uma impressão moral expressa através da sua aparência. Isso ficou explícito na repercussão causada pela roupa da deputada estadual Ana Paula da Silva, afiliada ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), durante sua posse na Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Na ocasião a deputada, que foi a quinta parlamentar mais votada nas últimas eleições no Estado, foi alvo de comentários machistas nas redes sociais por ter usado um macacão com decote na cerimônia de posse. Alguns dos comentários ofensivos associaram a roupa da parlamentar à sua capacidade de legislar, “Paulinha (PDT) a primeira “dePUTAda” que mostrou a que veio. Esperamos que mostre sua capacidade sem precisar tirar a roupa para conquistar o seu lugar (SIC)”.

Já outros comentários postados por internautas nas redes sociais atacaram diretamente a honra da deputada:

Você é representante das prostitutas no congresso? Aí sim representou bem a classe (SIC). Parabéns, que horas vai começar a suruba? (SIC). Melhor trabalhar pelada logo de uma vez kkkk. Aí muitas podem querer se inspirar nisso e aí muitos homens irão adorar kkk transforma o mundo inteiro num puteiro e assim se ganha mais dinheiro. (SIC).

Posto isso é possível perceber que os corpos femininos ainda estão no centro das discussões e ainda estão envoltos em muito tabus e repressões, que tentam encaixar o corpo feminino em padrões moralistas, impostos pelo homem branco, heterossexual e conservador que não sabe lidar com o corpo feminino e nem respeitar o lugar de direito conquistado pelas mulheres nos espaços públicos. Por conta disso é importante que a mulher contemporânea se aproprie desse sentido de poder que a roupa pode produzir como mais um recurso para o empoderamento feminino.

5 CORPO, ROUPA E VIOLÊNCIA: A INFLUÊNCIA DA MEMÓRIA NA PRÁTICA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Segundo Goldenberg (2011), no Brasil o corpo é considerado um importante capital físico, simbólico ou social. As pesquisas realizadas pela autora a respeito da representação do corpo no contexto cultural brasileiro apontam o corpo como veículo para a ascensão social, além de ser um capital relevante para outras conquistas em vários segmentos sociais como, mercado de trabalho, casamento, mercado erótico e ousamos incluir nessa lista, como instrumento político para a propagação de ideários, reivindicações, denúncias, expressões políticas e identitárias.

Mauss (1974) destaca que os corpos e comportamentos são culturalmente construídos pelos indivíduos por meio da “imitação prestigiosa”, que são conjuntos de tradições, costumes e hábitos que caracterizam uma cultura e que também incidem sobre o corpo. Ou seja, em cada cultura existe uma tendência para a valorização social por determinado tipo de corpo, atributos e comportamentos em detrimento de outros, o que leva cada sociedade a possuir um padrão de corpo típico que é almejado pelos demais e é adquirido por meio da “imitação prestigiosa”, que consiste na imitação pelos corpos e comportamentos bem sucedidos.

De acordo com Goldenberg (2011), no contexto brasileiro os corpos femininos que obtiveram êxito e alcançaram prestígio se tornando, dessa forma, “imitáveis” são os das atrizes, especialmente as protagonistas das novelas do horário nobre da Emissora Globo de Televisão. De acordo com a autora é possível observar uma padronização nas protagonistas retratadas nas telenovelas globais que são interpretadas, em sua maioria, por mulheres brancas, heterossexuais, pertencentes a uma pequena, saudável e urbana família de classe média e média alta.

Esse tipo de representação é umas das críticas realizadas por Gilberto Freyre em sua obra “Modos de homens, modas de mulher”, de 1987, que relata o “impacto norte-europeizante ou albinizante” ou ainda “ianque” que o corpo “miscigenado” da mulher brasileira sofre por conta da valorização das características físicas de mulheres como a atriz Vera Fischer, que é alta, loira e possui cabelos lisos. Freyre (1987) propõe uma conscientização da mulher

brasileira que passivamente adotou a moda europeia ou americana no tocante às roupas, sapatos, penteados, modo de andar, no comportamento, no modo de ser mulher e argumenta que a brasileira deveria usar moda adaptada ao clima tropical.

Para discutir a singularidade do corpo da mulher brasileira contrapondo ao corpo das europeias, especificamente as francesas, Malysse (2002) apud Goldenberg (2011) constatou que enquanto as francesas centralizam a produção da aparência pessoal essencialmente nas roupas e buscam por meio de artifícios visuais de cores e estampas de tecidos, formas de reestruturarem seus corpos, disfarçando algumas formas, particularmente as nádegas, as brasileiras, ao contrário disso, usam as roupas como instrumento de valorização do seu corpo, como uma espécie de ornamento.

Diante disso indagamos por que ainda existe no contexto cultural brasileiro, em que o corpo é visto como um importante capital simbólico de prestígio e sucesso, uma opinião contrária e negativa em relação a mulheres que se vestem com roupas decotadas que valorizam atributos corporais como nádegas e bustos?

Esse pensamento controverso pode ser observado no texto de autoria do professor piauiense José Maria Vasconcelos, no editorial do jornal local impresso “Diário do Povo”, veiculado no dia 25 de janeiro de 2019, no qual ele afirma: “O pudor da mulher atrai o respeito do homem”. Esta declaração de cunho sexista e preconceituoso isenta o homem da violência sexual e do assédio praticado contra a mulher.

Em seu artigo o professor salienta que toda sexta-feira se reúne com os amigos na praça de alimentação do Teresina Shopping para contemplar o desfile de belas mulheres “destilando colírio nos olhos masculinos devido à ousadia nos trajes”. No referido artigo, o professor José Maria argumenta que:

[...] as mulheres, especialmente as mais jovens, perderam a noção de pudor. Mais preocupadas com a violência masculina. [...] homens, em geral não avançam na mulher poderosa, reservada e decentemente ajuizada que não expõe a sua intimidade emocional e física. (SIC).

Essa ideia de que é da natureza do homem não conseguir controlar o seu extinto sexual é umas das criações da cultura ocidental, o que não quer

dizer que outras culturas não criem mecanismos com as suas próprias reivindicações pulsionais.

De acordo com Foucault (1985), os discursos sobre sexualidade aparecem em momentos sócio-históricos específicos, como forma de tentar normatizar as práticas sexuais de acordo com os padrões vigentes à época, uma vez que o controle das ações sociais e políticas só poderiam ser alcançados mediante o controle do corpo e da sexualidade. Além disso, ele acrescenta que a regulamentação do sexo sempre foi assunto do Estado, bem como das elites dominantes e da religião, que a partir do senso de moral entendida por cada uma dessas instâncias buscavam propagar discursos com vistas a regulamentar e controlar a sexualidade e os corpos dos indivíduos.

Historicamente, a sexualidade masculina sempre foi mais livre para ser explorada se comparada com a sexualidade feminina. De acordo com Curado (2012 apud SILVA, 2014, p.23) na civilização grega clássica, por exemplo, o homem tinha à sua disposição para satisfazê-lo, além da esposa, a concubina, as prostitutas classificadas em pornaes que eram imigrantes estrangeiras, meninas abandonadas pelos pais ou escravas e ex-escravas, que trabalhavam em bordeis por modestos honorários; as citaristas, que eram solicitadas como acompanhantes em festas e banquetes e, além disso, ofereciam entretenimento musical e sexual; as hetairas, que eram cortesãs com elevado nível social e muito instruídas; além do efebo, jovem aprendiz possuidor de valorosas qualidades masculinas como beleza, força, resistência, habilidade e velocidade.

A liberdade sexual masculina de poder ter ao seu dispor várias parceiras e experiências sexuais sempre foi tolerado e incentivado ao longo do tempo. Por isso não é incomum que pessoas nos dias atuais concordem com a frase, “é da natureza do homem não conseguir controlar seu extinto sexual”.

O editorial assinado pelo professor José Maria Vasconcelos continua nos auxiliando em nossa análise mediante outra afirmação em que ele diz que “homens usam bermudas que cobre as nádegas e coxas”, portanto, transmitem mais pudor do que as mulheres que usam “fios dentais, shorts cavados expondo protuberâncias vaginais” e decotes que cobrem apenas os mamilos. Por esse motivo o professor sugere que as delegacias da mulher sejam fechadas e propõe que sejam providenciadas condutas de pudor feminino e

vergonhas mais escondidas. E acrescenta que “homens só avançam se elas abrirem as pernas”. Tais declarações que propagam ideias danosas à segurança das mulheres causaram grande repercussão nas redes sociais e em órgão de proteção à mulher que repudiaram o texto.

Dessa forma, de maneira implícita, fica expressa a noção de que é das mulheres o dever de impor barreiras como, se comportar e vestir de forma considerada como “adequada” com a intensão de impedir que o homem tenha acesso ao seu corpo, visto que ainda é muito presente o entendimento de que o corpo feminino é de livre acesso aos homens e que este possui um suposto descontrole em seu apetite sexual, ou seja, são as mulheres que devem aprender a se comportar e não os estupradores.

A maneira como a mulher escolhe se vestir também pode ser utilizada como indicação quanto ao seu caráter, uma vez que em muitas sociedades a roupa é vista como uma forma de representatividade da moral feminina. Nesse sentido, Bourdieu (2002) aponta que é imposta sobre a moral feminina uma incessante disciplina relativa ao seu corpo que é exercido por meio de coerções relacionadas aos trajes. Além disso, o autor afirma que “uma espécie de confinamento simbólico é praticamente assegurada pelas roupas, estas têm por objetivo dissimular o corpo feminino e chamá-lo continuamente à ordem”, (BOURDIEU, 2002, p.51).

Isso nos fez lembrar outra situação que repercutiu no cenário nacional há 10 anos quando, a então estudante de turismo, Geisy Arruda foi hostilizada e perseguida por colegas na Universidade Bandeirantes Anhaguera (Uniban), em São Bernardo do Campo, e precisou ser escoltada por policiais em meios aos gritos de “puta”. Em uma entrevista concedida ao G1, realizada no Motel Magnata, Zona Sul de São Paulo, Geisy relembrou o episódio que mudou a sua vida e que evidenciou que ainda é atual a necessidade do debate sobre a violência contra mulheres no Brasil.

O fato aconteceu no dia 22 de outubro de 2009. Geisy, que na época estava com 20 anos de idade, escolheu um vestido de malha rosa e curto para ir à faculdade. Na entrevista ao G1 Geisy conta que:

Era uma quinta-feira comum, dia de balada. Fui para a faculdade com roupa de balada. Quando eu cheguei recebi

assobios e olhares, mas até então nada incomum, eu era muito paquerada. Mas na hora do intervalo houve uma grande comoção. Todos foram para frente da minha sala e começaram a me ofender. Me chamaram de puta e vadia. (G1 São Paulo, 22/10/2019).

Geyse narrou ainda que ficou trancada na sala de aula, juntamente com a sua turma, por aproximadamente duas horas. Para conter a multidão que se aglomerava em frente à porta da sala de aula e que tentavam arrombá-la foi necessário colocar as carteiras como espécie de barreira. Geisy relatou que na sala de aula em que estudava tinha vidro na parte superior por onde as pessoas se dependuravam para olhar e filmar, até que alguns colegas tiveram a ideia de colar papel de caderno no vidro como tentativa de impedi-los.

Em 2009, a internet da maioria dos brasileiros ainda era discada, as fotos feitas por celulares não possuíam qualidade de megapixels como os de hoje, e a rede social mais popular na ocasião era o extinto Orkut. No entanto, apesar de todas essas limitações, não impediu que o caso repercutisse nas redes sociais e noticiários nacional e internacional.

Após o ocorrido, a Uniban se posicionou contra a estudante e a expulsou sob alegação de que ela teve uma atitude de desrespeito à moralidade e à dignidade acadêmica. Por conta disso, Geisy disse na entrevista que se culpou por muito tempo.

Eu tentava refazer meus passos para descobrir onde errei. Pensava que se estivesse com calça jeans, uma roupa mais comportada ou com menos maquiagem talvez eu tivesse sido poupada. Demorei muito para aceitar que eu não era culpada e sim a vítima. (G1 São Paulo, 22/10/2019).

No dia 22 de outubro de 2019, data em que completava exatamente 10 anos do ocorrido, Geisy pousou para ensaio fotográfico com o mesmo vestido de malha, curto, cor de rosa, que desencadeou as ofensas sexista, preconceituosa e violenta dos colegas da Uniban e postou em sua conta do *Instagram*⁶. Na legenda da foto Geisy comentou que:

Dia 22 de outubro de 2019. Dez anos após o dia que mudou minha vida. Eu pergunto a vocês: O que de fato existe de errado neste vestido? E a resposta é fácil: Nada, não tem

⁶ Disponível em: https://www.instagram.com/p/B37SaD_FtLa/>Acesso. Acesso em: 15/02/2020.

NADA errado. O ERRO está no julgamento das pessoas, o erro está em oprimir e humilhar o próximo. Passaram-se Dez Anos e pouco mudou. Infelizmente. É um problema mundial, nós ouvimos muito sobre as roupas das mulheres, quando usam uma roupa sensual, estão dando a entender que querem sexo e por isso não merecem respeito, estão pedindo para serem assediadas e até estupradas. Mulheres são livres!! A liberdade das mulheres sobre o seu corpo e sua SEXUALIDADE precisam ser respeitadas, e essa é a minha luta. (SIC).

No entanto, quem determina qual tipo de roupa é apropriada para cada ambiente ou não? Qual a medida da decência e do bom senso? Em alguns momentos da história observamos que o discurso jurista tentou estabelecer, por meio de sanções, a moral que consideravam adequadas à sociedade em relação às práticas de vestimentas femininas, como método de controle sobre a sexualidade destas. Situação que ainda é perceptível nos dias atuais.

De acordo com Lima e Lima (2013, p.5), a vivência da sexualidade é regulamentada de acordo com as normas derivadas do ordenamento moral constituído pela sociedade. Dessa forma, “os seres humanos são, em verdade, educados pelas diversas instituições sociais para usarem seus corpos e exercerem seus direitos sexuais de acordo com seus papéis no cotidiano” Sendo assim, a construção social de gênero impõe uma série de restrições quanto à liberdade da sexualidade masculina e feminina, sendo de forma muito mais restritiva e punitiva sobre as mulheres.

Diante disso, Lima e Lima (2013) expõem que, por conta da reprodução de discursos androcêntricos, a mulher é destituída de poder nas relações sociais, inclusive sobre seu próprio corpo. As autoras salientam que “a ordem sociocultural decide as questões ligadas à sexualidade e à reprodução, utilizando as mais diversas formas de violência para combater comportamentos desviantes” (LIMA e LIMA, 2013, p. 10).

Nesse sentido, observamos, a partir das contribuições advindas de intelectuais como o sociólogo Maurice Halbwachs que a memória faz parte de um processo social, construída pelos indivíduos a partir de interações com seus pares ao longo da vida e de estruturas sociais determinadas, que nos ajudam, de certa maneira, a compreender a permanência do comportamento sexista, preconceituoso e machista reproduzido pelos colegas universitários de Geisy e dos gestores da Unibam.

Para alguns estudiosos a preservação da memória é indispensável para a compreensão de si mesmo, bem como de toda estrutura social e cultural na qual se está inserido. A sua conservação tem sido vinculada tanto como meio de aquisição quanto de transmissão de valores que são estabelecidos e transmitidos de geração em geração.

A partir disso, temos condições de conjecturar que muito do posicionamento intolerante ao comportamento feminino audacioso, que foge às convenções e tradições socialmente estabelecidas como a maneira supostamente correta da mulher se comportar e se vestir advém de estruturas ancestrais fundamentada em sociedades patriarcais, que sempre tiveram interesse em controlar a sexualidade e comportamento feminino, que são sustentados e transmitidos por meio da memória coletiva.

O patriarcado determinou que mulheres fossem inferiores e, portanto, deveriam ser submissas aos homens, e estes, superiores, dominadores. Essa ideologia colocou em oposição homens e mulheres, fundamentando-se na divisão sexual das tarefas e no controle da sexualidade feminina. Esse sistema foi tão forte que confundiu com o ser, sentir e pensar da humanidade. A ausência de liberdade pessoal e o autoritarismo de ideias desse sistema afetam ambos os sexos, não apenas as mulheres. Homens, considerados superiores, não podem falhar. (QUEIROZ, 2017, p.29).

Segundo Saffioti (2004), essa hegemonia da figura masculina consolidada ao longo da história, continua viva no âmbito familiar por meio do legado desse sistema de dominação do homem sobre a mulher. Nesse sentido, Bourdieu (2002, p. 58) explica que essa primazia concedida universalmente ao homem é afirmada a partir da objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, dentre outras equivalências, que confere ao homem o que o autor denomina como “a melhor parte”.

Moldado por tais condições, portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais. (BOURDIEU, 2002, p. 58).

Assim sendo, o autor expõe que essas representações androcêntricas se veem investidas da objetividade do senso comum e que, muitas vezes, as

próprias mulheres as aplicam “às relações de poder em que se veem envolvidas esquemas de pensamento que são produtos dessas relações de poder” (BOURDIEU, 2002, p. 58).

Podemos observar isso no caso da juíza Maíra Valéria Veiga de Oliveira, diretora do Fórum de Iguaba Grande, localizado na Região dos Lagos, interior do Rio de Janeiro, que, em outubro de 2019 foi denunciada por Margoth Cardoso, presidente da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro (OAB-RJ), por impedir que advogadas adentrassem o Fórum trajando saias com o comprimento superior a cinco centímetros acima do joelho. Para fazer valer o regimento, a magistrada afixou na entrada do tribunal um aviso juntamente com uma foto como referência e autorizou que os seguranças medissem o comprimento das saias das advogadas com régua.

Em entrevista concedida a Douglas Corrêa, repórter da Agência Brasil do Rio de Janeiro, a presidente da OAB-RJ declarou que como justificativa para a adoção da medida a magistrada alegou que “quando uma mulher usa vestido curto tira o foco dos homens nas audiências”. Ainda conforme entrevista cedida pela presidente “foram apresentadas diversas queixas de advogadas que se sentiram humilhadas com a medida, como uma estagiária que precisou costurar o casaco à barra da saia para transitar no fórum e uma advogada que teve de se curvar para cobrir os joelhos e passar pela portaria”.

Como ponto de partida para tentarmos compreender as ações adotadas pela magistrada, tomamos como referência o trabalho elaborado por Bartlett (1961), que teve como principal objetivo realizar um trabalho sobre a teoria da memória partindo de uma perspectiva psicossocial

Para esse autor a memória é uma característica do indivíduo que pertence a um grupo social e está associado à percepção, à imaginação e ao pensamento construtivo (BARTLETT, 1961, p. 13).

Myrian Sepúlveda dos Santos (2003) compara os estudos conduzidos por Bartlett sobre memória social, em grau de importância, a Halbwachs, pois, de acordo com a autora ele “estabeleceu os fundamentos básicos para a compreensão da memória enquanto resultado de um processo de interação entre indivíduos e entre estes e o seu meio”. (SANTOS, 2003, p. 54).

Bartlett (1961) consegue estabelecer a relação entre os indivíduos e o seu meio social a partir de suas observações dos acontecimentos relacionados

aos swazi, um grupo de nativos africanos, localizado no Transvaal. Com base nas observâncias das condutas sociais entre os swazi o autor estabelece a importância das convenções sociais para a compreensão das atitudes individuais. Sendo assim, Bartlett (1961) esclarece que as pessoas têm condutas diferentes dependendo de como estas se relacionam com as crenças e valores adotadas pelo grupo, ou seja, as ações humanas são influenciadas pelas crenças, tradições, costumes, sentimentos e instituições partilhadas pelo grupo.

Santos (2003, p.57), defende que as análises de Bartlett são direcionadas para as condutas individuais associadas a condições sociais determinadas e explica a memória (percepção, reconhecimento e reminiscência) “como sendo o processo pelo qual construímos o passado quando nos encontramos diante de toda uma massa ativa de experiências passadas, organizadas”, (SANTOS, 2003, p. 58).

Halbwachs (1990) compartilha do mesmo entendimento de Bartlett (1961), ao defender que o grupo está presente para o indivíduo, e isso não quer dizer de forma física, mas sim na possibilidade do indivíduo retomar os modos de pensamento e a experiência comum ao grupo.

Dessa forma, podemos inferir que a ação adotada pela juíza faz parte da rememoração de um comportamento fundamentado em uma sociedade baseada em relações de poder patriarcais, que “limita de várias maneiras a vida das mulheres, como não andar sozinha à noite, que tipo de roupa deve ou não usar e que tipo de atividades deve ou não fazer” (LIMA e LIMA, 2013, p. 10).

Então, isso significa dizer que a mulher reforça a dominação masculina presente na sociedade patriarcal e esta possui a responsabilidade de sua própria opressão? De forma alguma. Como sustenta Bourdieu (2002) a “submissão”, usada, muitas vezes, como pretexto para “culpar a vítima”, são resultados das estruturas objetivas, que devem a sua eficácia aos mecanismos que elas desencadeiam e que contribuem para sua reprodução, (BOURDIEU, 2002, p. 65).

Assim se percebe que essa construção prática, longe de ser um ato intelectual consciente, livre, deliberado de um “sujeito”

isolado, é, ela própria, resultante de um poder, inscrito duradouramente no corpo dos dominados sob forma de esquemas de percepção e de disposições. [...] que o tornam *sensível* a certas manifestações simbólicas do poder (BORDIEU, 2002, p. 66).

Em continuidade com essa discussão, Boudieu (2002) pontua que a dominação simbólica não se processa para sua continuidade ou descontinuidade apenas por uma simples tomada de consciência, pois, de acordo com o autor, a violência simbólica não reside nas consciências mistificadas e sim “nas disposições modeladas pelas estruturas de dominação que as produzem” (BOURDIEU, 2002, p. 67). Dessa forma, para a transformação de uma relação de dominação depende que as estruturas das quais estas disposições são resultantes sejam transformadas, principalmente, as estruturas de um mercado de bens simbólicos, que é apontado pelo autor como lei fundamental para que as mulheres sejam tratadas como objetos que circulam de baixo para cima.

Podemos observar essa estrutura, descrita por Bourdieu (2002), em evidência nas restrições às práticas vestimentares femininas pontuadas pela Universidad Pontificia Bolivariana, em Medellín, na Colômbia, ambiente que, teoricamente, deveria inibir narrativas que alimentam a violência contra as mulheres.

O caso acima foi noticiado em fevereiro de 2018, pelo jornal *O Estado de São Paulo*, também conhecido como *Estadão*, em sua versão online, que veiculou uma lista de instruções divulgada pela universidade para que as alunas evitassem usar roupas curtas. A justificativa para esta orientação, de acordo com o comunicado no site da instituição foi para evitar que os alunos e professores se distraíssem com as roupas curtas e decotadas das alunas.

No comunicado a universidade sugeriu que as mulheres evitassem usar saias muito justas ou irem vestidas para a universidade como se fosse para uma festa. O uso do calçado também faz parte das orientações, dessa forma, o salto alto deve ser evitado, a não ser em caso de alguma apresentação ou entrevista. O uso de saias curtas, shorts e decotes muito profundos também devem ser evitados, segundo o comunicado da universidade. “Trate de usar roupas discretas, não há nada mais incômodo que distrair a atenção de seus companheiros de classe e dos

professores, por isso te sugerimos evitar usar decotes profundos, saias curtas ou roupas justas”.

Esse comunicado gerou grande comoção e repercussão nas redes sócias. A instituição foi acusada de compactuar com o ideário de que as roupas que as alunas vestem podem contribuir para o assédio sexual. Nas redes sócias, diversas alunas se uniram em prol da campanha #UPBEnFalda, que em livre tradução significa “UPB de saia”, como meio de encorajar todas as estudantes a comparecem à universidade para assistirem às aulas trajando saias como forma de protestar contra as ideias sexistas, machistas e retrógradas propagadas pela universidade por meio do comunicado.

Em resposta às reações negativas a instituição explicou por intermédio das redes sociais, que o texto teve o objetivo de dar recomendações gerais sobre a comodidade no ambiente acadêmico e que não era a intenção da universidade condicionar algum tipo de código de vestimenta. Além disso, a UPB pediu desculpas à comunidade e apagou do site o texto com as instruções sobre como as alunas deveriam se vestir dentro das dependências da UPB.

Podemos observar na publicação feita pela universidade a reprodução de um pensamento socialmente tolerado e disseminado que sexualiza o corpo feminino e responsabiliza a mulher por “provocar” o homem ao invés de desconstruir tais posicionamentos, a partir da responsabilização deles pelas ações que praticam independente do comprimento da saia, aprofundamento do decote e outros códigos de vestimentas.

Esse tipo de posicionamento adotado pela universidade remonta ao pensamento de que o homem é superior à mulher, visto que a educação dele não pode ser afetada por distrações ocasionadas pelas mulheres. Tal pensamento se articula com a ideia de que a mulher se veste com a pretensão de provocar o homem ou para prejudicá-lo. Essa dinâmica que reafirma a hegemonia masculina enraizada nas práticas de sociabilização e na educação pode, de certa forma, influenciar para que muitos homens e também mulheres deixem de exercitar uma consciência crítica sobre as situações de assédio e violência contra a mulher e muitas vezes essas ações não são problematizadas, como por exemplo, o assédio sofrido por muitas mulheres que são constrangidas com comentários, piadas, olhares intimidadores, que invadem os seus espaços privados e as reduzem a um objeto.

Pensando pela perspectiva do processo de construção da memória social, Halbwachs (1990), argumenta que os indivíduos se recordam a partir das estruturas sociais que os antecedem. Dessa forma, podemos conjecturar que séculos de fomentação de modelos de comportamentos femininos, baseado em estruturas patriarcais, que foram disseminados com a ajuda das narrativas jurídicas, educacionais, familiares e midiáticas continuam, de alguma forma, sobrevivendo e contribuindo para a permanência e manutenção da violência contra a mulher. Podemos, assim, observar a colaboração, em certa medida, da memória para a continuidade dessas estruturas de dominação masculina e de relações de poder desiguais entre homens e mulheres.

Nesse sentido, esse estudo nos auxilia a perceber a existência de uma predisposição em classificar as mulheres pelo tipo de roupa que escolhem usar. Essa propensão carrega em si rótulos advindos de pré-conceitos estruturais há muito estabelecido na sociedade que objetifica o corpo da mulher e a coloca em posição de subordinação, ridicularização, além de estabelecer uma ameaça direta à integridade física e emocional da mulher, como acontece em diversos casos de violências sofridas por mulheres que repercutem nos veículos de comunicação no âmbito nacional e internacional e alguns episódios descritos nesse estudo.

Esta pesquisa nos permite considerar que existem valores e ideias que traduzem posicionamentos mais ou menos concordantes que vê o corpo das mulheres como algo que não lhes pertencem, portanto, disponível ao acesso irrestrito dos homens. Nesse sentido, o uso de roupa curta, decotada, com transparência e moldada ao corpo são interpretados como indicativo de disponibilidade sexual. Conseqüentemente, culpa-se a mulher pela forma como se veste e por não ter vergonha de exibir o próprio corpo. Em muitos momentos esse critério é usado para dividir as mulheres entre decentes, honestas e morais versus indecentes, desonestas e imorais. A relação da vestimenta com a integridade ainda está muito presente e permanece por meio de ideias que viajam através dos séculos e se mantêm na atualidade de forma reconfigurada ou não.

Além disso, o nosso estudo demonstra que é comum a ideia de que o corpo feminino semi desnudo provoca o descontrole sexual dos homens, ou seja, é desculpável que os homens se descontrolam perante a visão de uma mulher usando roupas mais reveladoras. Esse consentimento social ao comportamento agressivo do homem remete-nos a questões estruturais relacionados à

masculinidade hegemônica, que de certa forma são as raízes da violência contra a mulher.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos que ainda é pertinente a necessidade de uma discussão sobre a violência contra a mulher no Brasil. Esse estudo propõe-se em ser mais uma forma de fomentar as reflexões sobre esse tema e auxiliar na formação de diretrizes, que impulsiona o aprendizado e que contribua para o combate da violência contra a mulher em todas as suas dimensões.

O “conceito” de memória foi abordado por diversos autores sob perspectivas diferenciadas, que vai desde a abordagem neurofisiológica, passando pela psicanalítica e até mesmo como fenômeno social, que se expressa de forma individual, bem como coletiva. Como foi pontuada nesse estudo, a memória coletiva exerce influência sobre cada indivíduo de forma única a depender da interação deste com os meios em que está inserido.

Assim sendo, esse trabalho considerou importante analisar o fenômeno da violência contra as mulheres, tendo como foco central a investigação das principais transformações das vestimentas femininas e como o uso destas pode estar, de certa forma, associado ao assédio e à violência perpetrados contra as mulheres, tendo como base a construção social da memória, por meio das interações sociais dos indivíduos para perpetuação de estigmas relacionados aos comportamentos feminino que levam à prática da violência.

Os principais resultados alcançados por meio desse estudo indicam que ainda é muito atual o pensamento que o homem possui primazia sobre a mulher. Ao mesmo tempo, construções sociais e estereótipos de gênero ligados à mulher, ao seu comportamento e à sua feminilidade são interiorizados e reproduzidos a partir do entendimento de que o caráter da mulher é representado pelas roupas que usa; as escolhas de roupas feitas pelas mulheres possui a intenção de seduzir os homens; a vítima de assédio e violência sexual é responsável pelo ocorrido por conta da escolha do vestuário e comportamento da mulher.

Ademais, nesse estudo comprovamos a hipótese de que existe discriminação em relação a algumas mulheres que optam por usar roupas que são curtas, decotadas e que se moldam ao corpo. Além disso, esse tipo de vestimenta, associado ao comportamento feminino é visto como fatores significativos para a ocorrência de violências.

Dessa forma, é imprescindível observarmos os segmentos sociais e históricos que corroboram para a continuidade do processo de opressão feminina, desde os tempos remotos até a atualidade, analisando como essas opressões influenciam na escolha feminina por determinado vestuário e como a interferência que o senso de moralidade transmitido por instituições jurídicas, educacionais, médicas, familiares e religiosas induzem as mulheres a vestirem-se de acordo com um padrão considerado “ideal” o que, de certa forma reforça estereótipos na construção da identidade das mulheres.

Nesse sentido, o estudo sobre a memória foi de suma importância para nos auxiliar a compreender como as referências patriarcais continuam subsistindo e dando base para a permanência e continuidade das violências praticadas contra a mulher, incluindo os argumentos em relação às vestimentas que as mulheres usam como justificativa para a violência sofrida.

Nesta perspectiva, este trabalho refletiu sobre como, em certa medida, a memória coletiva construída socialmente contribui para a manutenção das práticas de violência contra a mulher, especialmente no contexto da roupa, que deveria ser mais uma forma de expressão da liberdade social, entretanto, transforma-se em mais um instrumento para a prática da violência contra a mulher, que pode ser simbólica, mas em outros momentos é manifestada de forma mais agressiva como relatadas nos casos abordados nesse trabalho.

No entanto, algo que nos causou contentamento na realização desse trabalho foi a possibilidade de contribuir, mesmo que de forma modesta, para o debate em torno da violência contra a mulher e para uma reflexão de como determinadas vestimentas continuam, mesmo nos dias atuais, sendo tratada como mecanismo de intimidação e opressão das mulheres.

Assim, esta pesquisa não pode se esgotar em si mesma, mas ser um ponto de partida para que outros pesquisadores continuem a se debruçar sobre a relação existente entre a violência contra a mulher, a roupa que usam e a memória individual e coletiva, a fim de produzir novos conhecimentos e novas perspectivas

políticas e sociais, que possam influenciar diretamente no combate a este tipo de discriminação e preconceito vivenciados pelas mulheres.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Suely Souza de. (Org.) **Feminicídio algemas (in)visíveis do público-privado**. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.

BARTLETT, Frederic Charles. **Lembrando: Um estudo em psicologia experimental e social**. Cambridge University Press, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRAGA, João. **História da Moda: uma narrativa**. São Paulo: Anhembi Morumbi, 2004.

CAMARGO, Gustavo Arantes. Relações entre justiça e moral no pensamento de Nietzsche. **Estudos Nietzsche**, Curitiba, v.2, n.1, p.79-97, 2011.

CRUZ, Izabel Marques. Moda e Contemporaneidade: as imagens de moda como documentação do contemporâneo e seu trajeto de desenvolvimento. **Achiote. com-Revista Eletrônica de Moda**, v.4, n.2, 2016.

CUNHA, Tânia Rocha Andrade. **O preço do silêncio: mulheres ricas também sofrem violência**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2007.

DAUDOUN, Roger. **A violência: ensaio acerca do “Homo violens”**. Rio de Janeiro: Difel, Cap.1, p.5-42, 1998.

FOLHA UOL. **A gente não tem que recuar, diz deputada que usou decote em solenidade de posse**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/02/a-gente-nao-tem-que-recuar-diz-deputada-que-usou-decote-em-solenidade-de-posse.shtml>. Acesso: 27/10/2019.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FREYRE, Gilberto. **Modos de homem, modas de mulher**. Rio de Janeiro: Record, 1987.

G1-O Globo. **Geisy Arruda celebra dez anos do dia em que foi hospitalizada**. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/10/22/geisy-arruda-celebra-dez-anos-do-dia-em-que-foi-hostilizada-em-faculdade-de-sp-tenho-orgulho-da-minha-historia.ghtml>. Acesso: 12/02/2020.

GOLDENBERG, Mirian. Gênero, “o corpo” e “imitação prestigiosa” na cultura brasileira. **Saúde Social**. São Paulo, v.20, n.3, p.543-553, 2011.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 1990.

KOLTAI, Caterina. Violência e indiferença: duas formas de mal-estar na cultura. **Rev. São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.13, n.3, Jul.-Set./1999.

LAURETIS, Tereza de. **A tecnologia do gênero**. In: HOLLANDA, H. B. de. **Tendências e impasses**. O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco. 1994.

LAVÉ, James. **A roupa e a moda: uma história concisa**. São Paulo: Companhia das Letras. 1989.

LIMA, Rebeca Napoleão de Araújo; LIMA, Marina Torres Costa. **O estupro enquanto crime de gênero e suas implicações na prática jurídica**. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 18, n. 3734, 21 set. 2013. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/25354/o-estupro-enquanto-crime-de-genero-e-suas-implicacoes-na-pratica-juridica>>. Acesso em: 30/06/2020.

LINS, Regina Navarro. **O livro do amor: da pré-história à renascença**. Vol. 1; Rio de Janeiro: Best Seller. 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo : Atlas. 2003.

MATOS, Juscelina Bárbara Anjos. **Costurando moda: uma análise das práticas vestimentares femininas em Vitória da Conquista - Ba (1950-1965)**. Dissertação de Mestrado, Pós-Graduação em Cultura Visual – Universidade Federal de Goiás, 2009.

MAUSS, Marcel. **As técnicas corporais: sociologia e antropologia**. São Paulo: EPU/EDUSP. 1974.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2009.

MONTEIRO, Gilson. **A metalinguagem das roupas, comunicação, marketing e cultura: sentidos da administração, do trabalho e do consumo**. São Paulo, ECA/USP/CLC.p.167-181, 1999.

NASCIMENTO, Maria Filomena Dias. **Ser mulher na idade média**. v.5, n.1, p.82-91, 1997.(Textos de História).

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Aurora: reflexões sobre os pensamentos morais**. Trad. Paulo César Souza. São Paulo: Companhia das Letras. 2004.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Genealogia da moral**. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras. 1999.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Humano, demasiado humano**. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras. 2002.

NUNES, Silvia Alexim, **O corpo do diabo entre a cruz e a caldeirinha: um estudo sobre a mulher, o masoquismo e a feminilidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.

O ESTADÃO. **Comportamento na universidade indica que alunas evitem roupas curtas para não distraírem professores e alunos**. Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/noticias/comportamento,universidade-indica-que-alunas-evitem-roupas-curtas-para-nao-distrairem-professores-e-alunos,70002183123>. Acesso: 13/02/2020.

PRIORE, Mary Lucy Murray Del. **Dossiê: a história do corpo. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**. São Paulo, v.3, n.1, p.09-26, jan./1995. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5306/6836>. Acesso em: 30/07/2018.

QUEIROZ, Rosana Ataíde de. **Longe dos olhos, mas perto do coração: a interferência da memória na (in) visibilidade da violência psicológica contra a mulher na relação conjugal**. Dissertação (mestrado em memória: Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia: Vitória da conquista. 2017, 130p.

RADL-PHILIPP, Rita. **Educação e direitos humanos: contribuições para o debate**.p.135-155, maio-ago./2010.(Cadernos Cedes, 81).

RAMINELLI, Ronald. Eva Tupinambá. *In*: DEL PRIORE, Mary (Org.). PINSKY, Carla Bassanezi (Coords.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 10. ed., 3ª reimpressão.p.11-44.2015.

SAFFIOTI, Heleieth Lara Bongiovani. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu de Abramo. 2004.

SAFFIOTI, Heleieth Lara Bongiovani.**Violência contra a mulher e violência doméstica**.Rio de Janeiro: Editora. 2002.(Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira, 34).

SAFFIOTI, Heleieth Lara Bongiovani. **Violência doméstica ou a lógica do galinheiro**. *In*: KUPSTAS, Márcia (Org.) **Violência em debate**. São Paulo: Moderna.p.39-57, 1997.

SAFFIOTI, Heleieth Lara Bongiovani; ALMEIDA, Suely Souza. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter. 1995.

SANTOS, Maria da Conceição dos. Movimento feminista e novas estratégias de ação no combate a violência de gênero. **Anais do I Seminário Nacional de Sociologia da UFS**, 2016.

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003.

SILVA, Ivana Patrícia Almeida. **Lar (in)dócil lar: a memória e o silêncio da violência no contexto das relações conjugais**. Dissertação (mestrado em memória: Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia: Vitória da conquista. 2014, 152p.

SOARES, Thiago Ricardo. **A modificação corporal no Brasil: 1980-1990**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Centro Universitário FIEO, São Paulo, 2011.

SOUZA, Gilda de Mello e. **O espírito das roupas: a moda no século dezanove**. São Paulo: Companhia das Letras. 1987.

VIANA, Fausto. **Para documentar a história da moda: de James Laver às blogueirasfeshions**. São Paulo: ECA-USP. 2017. Disponível em: <<http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/165>> Acesso: 30/07/2018.

WILSON, Elizabeth. **Enfeitada de sonhos: moda e modernidade**. Lisboa: Edições 70. 1989.